



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA



EDITAL DE LICITAÇÃO 004/2026-CONC-E	
<b>REGÊNCIA LEGAL:</b>	
Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 052/2026, de 02 de abril de 2026 nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.	
<b>I. REPARTIÇÃO INTERESSADA E SETOR:</b>	
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA- BA	
<b>II. NÚMERO DE ORDEM:</b>	<b>III. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:</b>
▪ CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - 004/2026-CONC-E	▪ 118/2026
<b>IV. FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO:</b>	
▪ <b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE IBITIARA/BA.</b>	
<b>V. TIPO DE LICITAÇÃO:</b>	<b>VI. UNIDADES SOLICITANTES:</b>
▪ Menor Preço: ( ) Por item ( ) Por lote (X) Global	▪ Secretaria Municipal de Transporte
<b>VII. REGIME DE EXECUÇÃO:</b>	<b>VIII. MODO DE DISPUTA:</b>
( ) Empreitada por Preço Unitário (X) Empreitada por Preço Global ( ) Execução por Tarefa ( ) Empreitada Integral	(X) aberto ( ) aberto e fechado ( ) fechado e aberto
<b>IX. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO</b>	
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses (máximo de 5 anos) contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021	
<b>X. SITES DE ACESSO AO EDITAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO:</b>	
▪ Editais disponíveis nos sites: <a href="https://www.ibitiara.ba.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes">https://www.ibitiara.ba.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes</a> local para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação: no sítio <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a> ;	
<b>XI. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:</b>	<b>XII. INÍCIO DA SESSÃO</b>
▪ 16 de junho de 2026	▪ 29 de julho de 2026 ▪ Horário: 09h
<b>XIII. DA REFERÊNCIA DE TEMPO:</b>	
Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília e dessa forma, serão registradas nos documentos pertinentes.	
<b>XIV. AUTORIDADE COMPETENTE</b>	
JACSON MOREIRA DOS SANTOS Secretário Municipal de Transporte	



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



## Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS .....	3
3. DO CREDENCIAMENTO .....	4
4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	7
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	15
10. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA .....	18
11. DOS RECURSOS .....	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	20
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	22
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	22
1. ANEXO I. TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO .....	24
2. ANEXO II – MODELO CONTRATO ADMINISTRATIVO .....	51
3. ANEXO III – ANEXOS COMPLEMENTARES .....	Erro! Indicador não definido.



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



**CONCORRÊNCIA Nº 004/2026-CONC-E**  
**Processo Administrativo nº 118/2026**  
**MUNICÍPIO DE IBITIARA- BA**

Torna-se público que o Município de Ibitiara - BA, com sede à Rua João Pessoa, nº08, Centro, Ibitiara-Bahia, por meio da Pregoeira, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Nº 123/2006, Decreto Municipal 052/2026 de 02 de abril de 2026 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

- Data da sessão: 29 de julho de 2026
- Horário: 09h
- Local: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);
- Critério de Julgamento: menor preço global
- Modo de disputa: aberto
- Impugnações e Esclarecimentos até às 23h59min do dia 24 de julho de 2026

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE IBITIARA/BA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do **Projeto Básico/Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.2. **O critério de julgamento adotado será o menor preço global**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

**Unidade: 023000 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE**

**Ação: 26.782.011.1.015 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESTRADAS,**

**3**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



PONTES E PONTILHÕES

**Elemento de despesa:** 4.4.90.51.00 Obras e Instalações

**Fonte:** 1500

### 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **LICITANET** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no **LICITANET**, no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br); O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **LICITANET** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará que:

3.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.5.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.5.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.8. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **LICITANET**.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele

**5**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



relacionados;

4.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



4.10. O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, se for o caso.

5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.7.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.7.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- 5.8.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.8.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, *quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.*
- 5.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. valor unitário e total do item; em moeda corrente nacional;
- 6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida, desde que justificada;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos;
- 6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas

9

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 500,00 (quinhentos reais)*.
- 7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.12. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e

11

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou por órgão ou entidade de localizadas na sede desse Município;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02h00 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/ verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item

**12**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos regulamentos;

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas

13

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.8.4. Poderá, conforme termo de referência/projeto básico, ser exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação

14

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos necessários exigidos para presente licitação são aqueles que estão previstos no Termo de Referência, e são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, **poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.**

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.5. **Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).**

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência

15

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio dos documentos apresentados via sistema, ou registro cadastral válido e competente

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e/ou outra plataforma cadastral e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03h00min (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

9.11. A verificação no Sicafe e/ou outra plataforma cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, Lei 14.133/21, art. 64,** para;

9.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos

16

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.3. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.4. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens dispostos no Termo de Referência/Projeto Básico;

9.5. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.6. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.7. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como

17

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.8. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **10. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **03h00min (três) horas** a contar da solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em

**18**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **30 (trinta) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

**19**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia

**20**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no

**21**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



[art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.](#)

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão, nos termos da Lei Federal 14.133/21.

12.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo portal **LICITANET** ou através do e-mail: [licitacao@ibitiara.ba.gov.br](mailto:licitacao@ibitiara.ba.gov.br).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**22**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.ibitiara.ba.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência/Projeto básico (Memorial descritivo, relatório fotográfico, projeto estrutural, planta de localização)

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Ibitiara/BA, 15 DE JUNHO DE 2026.

**JACSON MOREIRA DOS SANTOS**  
Secretário Municipal de Transporte

23

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



**ANEXO I. TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**

**SECRETARIA DEMANDANTE:** Secretaria Municipal de Transporte

**1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO:**

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução de obras de arte correntes em estradas vicinais do Município de Ibitiara/BA, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Estimativas de consumos:

		Bancos	Encargos Sociais	B.D.I.				
		SINAPI - 03/2026 - Bahia SICRO3 - 01/2026 - Bahia ORSE - 02/2026 - Sergipe SEINFRA - 028 - Ceará	Não Desonerado: embutido nos preços unitários dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.	22,23%				
<b>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA</b>								
<b>Construção de três bueiros (BTTC d= 1,50 m) - Trechos no Povoado de Juazeiro</b>								
Item		Banco	Descrição	Unid	Quant	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
<b>1</b>			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>R\$ 7.186,24</b>
1.1	51	ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	m <sup>2</sup>	6	363,89	444,78	2.668,70

24

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



1.2	11986	ORSE	Placa de inauguração em alumínio com Acrílico, 80x60cm, com logomarca e moldura	UN	1	1.335,82	1.632,77	1.632,77
1.3	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	m <sup>2</sup>	108	0,79	0,97	104,29
1.4	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m <sup>3</sup>	22	103,40	126,39	2.780,49
<b>2</b>			<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>					<b>R\$ 6.568,52</b>
2.1		SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10	145,87	178,30	1.782,97
2.2		SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80	48,94	59,82	4.785,55
<b>3</b>			<b>ESTRUTURA DOS BUEIROS</b>					<b>R\$ 211.390,55</b>
3.1		SICRO3	Boca de BTTC D = 1,50 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas	un	6	18.553,44	22.677,87	136.067,22
3.2		SEINFRA	AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D=150cm	M	54	1.141,19	1.394,88	75.323,33
<b>Construção de um bueiro (BTTC d= 1,50 m) - Trecho estrada Via Povoado de Caldeir</b>								
<b>1</b>			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>R\$ 5.473,70</b>
1.1		ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	m <sup>2</sup>	6	363,89	444,78	2.668,70

25

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



1.2	ORSE	Placa de inauguração em alumínio com Acrílico, 80x60cm, com logomarca e moldura	UN	1	1.335,82	1.632,77	1.632,77
1.3	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	m²	36	0,79	0,97	34,76
1.4	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	9	103,40	126,39	1.137,47
<b>2</b>		<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>					<b>R\$ 3.520,05</b>
2.1	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8	145,87	178,30	1.426,38
2.2	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35	48,94	59,82	2.093,68
<b>3</b>		<b>ESTRUTURA DOS BUEIROS</b>					<b>70.463,52</b>
3.1	SICRO3	Boca de BTTC D = 1,50 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas	un	2	18.553,44	22.677,87	45.355,74
3.2	SEINFRA	AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D=150cm	M	18	1.141,19	1.394,88	25.107,78
<b>Construção de um bueiro (BSCC d= 1,50 m) - Via Surubim</b>							
<b>1</b>		<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>R\$ 4.699,94</b>
1.1	ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	m²	6	363,89	444,78	2.668,70



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



1.2	ORSE	Placa de inauguração em alumínio com Acrílico, 80x60cm, com logomarca e moldura	UN	1	1.335,82	1.632,77	1.632,77
1.3	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	m²	20	0,79	0,97	19,31
1.4	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	3	103,40	126,39	379,16
<b>2</b>		<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>					<b>R\$ 2.505,45</b>
2.1	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6	145,87	178,30	1.069,78
2.2	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24	48,94	59,82	1.435,66
<b>3</b>		<b>ESTRUTURA DOS BUEIROS</b>					<b>R\$ 39.595,53</b>
3.1	SICRO3	Boca de BSCC D = 1,50 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais	un	2	12.773,57	15.613,13	31.226,27
3.2	SEINFRA	AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D=150cm	M	6	1.141,19	1.394,88	8.369,26
<b>Total sem BDI</b>							<b>287.493,66</b>
<b>Total do BDI</b>							<b>63.909,84</b>
<b>Total Geral</b>							<b>351.403,50</b>

- 1.3. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.  
1.4. A presente contratação adota como regime a execução indireta.  
1.5. O prazo de **vigência** da contratação é 12 meses, contados da data da sua assinatura, prorrogável

27

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



conforme regras previstas no instrumento contratual e na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O prazo de **execução** do objeto da contratação é de 2 (dois) meses, de acordo com o cronograma anexo ao Projeto Básico.

## **2. CLASSIFICAÇÃO COMO OBRA COMUM DE ENGENHARIA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Nos termos do parecer técnico do departamento de engenharia do município, que integra o processo administrativo, o presente objeto enquadra-se como obra comum de engenharia.

2.2. Dessa forma, aplicam-se no processo todas as condições e cláusulas previstas na Lei Federal 14.133/2021.

2.3. A fundamentação da contratação está prevista na Lei Federal 14.133/2021 e detalhada no Estudo Técnico Preliminar.

2.4. A Lei Federal 14.133/21, em seu artigo 6º, XXXVIII, dispõe, in verbis:

**“XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:**

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;”

## **3. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Cumprimento de suas funções institucionais, necessita que o serviço funcione com a máxima eficiência, de modo que cumpra com as atividades finalísticas da administração.

3.2. Ainda, como toda contratação, deve-se assegurar a proposta mais vantajosa, bem como o tratamento isonômico entre os licitantes e evitar o sobrepreço e superfaturamento, além de propostas inexecutáveis.

## **4. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A necessidade da execução de pontilhões e dispositivos de drenagem em estradas vicinais do Município de Ibitiara decorre da identificação de diversos pontos de passagem de água que atualmente não possuem estruturas adequadas para o escoamento pluvial e transposição segura dos cursos d'água existentes ao longo das vias rurais.

4.2. Em períodos de chuvas, a ausência desses dispositivos provoca o acúmulo desordenado das águas sobre a pista de rolamento, ocasionando erosões, formação de valas, rompimento de trechos das estradas e interrupção total do tráfego em determinadas localidades. Tal situação compromete diretamente a mobilidade da população rural, dificultando o acesso às comunidades, propriedades rurais e demais localidades atendidas pelas estradas vicinais do município.

4.3. A precariedade das passagens existentes também afeta significativamente a circulação do transporte escolar, o deslocamento de pacientes para atendimentos de saúde, o tráfego de veículos de serviços públicos e o escoamento da produção agrícola e pecuária, atividades essenciais para a economia local. Em muitos casos, durante períodos chuvosos, moradores ficam impossibilitados de transitar pelas vias, causando isolamento temporário de comunidades rurais e prejuízos às atividades cotidianas da população.

28

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



4.4. Além disso, a inexistência de estruturas adequadas de drenagem contribui para o desgaste acelerado das estradas vicinais, aumentando a necessidade de manutenções corretivas frequentes e elevando os custos operacionais da Administração Pública com recuperação emergencial de trechos danificados.

4.5. Dessa forma, a implantação de pontilhões e dispositivos de drenagem mostra-se necessária para garantir condições adequadas de trafegabilidade, segurança e durabilidade das estradas vicinais, promovendo melhor escoamento das águas pluviais, redução de danos causados pelas chuvas e maior continuidade no acesso das comunidades rurais aos serviços públicos essenciais.

#### **4.6.1 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DO OBJETO:**

4.6.1.1 Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações devem observar o princípio do parcelamento sempre que técnica e economicamente viável. Contudo, no presente caso, a adoção do parcelamento do objeto não se mostra adequada, considerando as características técnicas e operacionais dos serviços a serem executados.

4.6.1.2 A presente contratação contempla a construção de dispositivos de drenagem em diferentes trechos de estradas vicinais do Município de Ibitiara, incluindo a execução de bueiros tubulares e celulares de concreto, serviços de escavação, aterro, reaterro, compactação, recomposição da plataforma das vias e adequação dos acessos. Tais serviços possuem natureza integrada e interdependente, demandando padronização executiva, compatibilidade operacional e coordenação contínua das atividades em campo.

4.6.1.3 A eventual divisão do objeto em lotes distintos ou a contratação de empresas diferentes para execução dos serviços poderia comprometer o cronograma físico da obra, gerar incompatibilidades técnicas entre etapas executivas, dificultar o gerenciamento contratual e aumentar os riscos de atrasos, retrabalhos e conflitos de responsabilidade durante a execução das intervenções.

4.6.1.4 Além disso, a execução por uma única empresa possibilita maior uniformidade dos serviços, melhor controle tecnológico dos materiais empregados, otimização do uso de equipamentos e equipes, além de facilitar a fiscalização e o acompanhamento da obra pela Administração Pública.

4.6.1.5 Dessa forma, considerando a necessidade de integração das etapas executivas, a padronização dos serviços e a busca por maior eficiência administrativa e operacional, conclui-se que o julgamento pelo menor preço global, com formação de lote único, apresenta-se como a solução mais adequada e vantajosa para atendimento do interesse público.

## **5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 5.1. Após a realização do estudo técnico preliminar a equipe de planejamento concluiu pela contratação de empresa de engenharia especializada para a construção de Obras de arte e dispositivos de drenagem em estradas localizadas na zona rural do Município de Ibitiara, Bahia.
- 5.2. Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que esta seja a melhor solução.
- 5.3. A contratação se dará na forma de execução indireta, através de empreitada por menor preço global, tendo em vista que o Município não detém os meios necessários à concretização do objeto de forma direta.
- 5.4. Os serviços serão executados conforme Projeto Básico anexo.
- 5.5. Informações relacionadas à localização estão contidas no Projeto Básico anexo.
- 5.6. A execução dos serviços deverá obedecer às seguintes regras:
- 5.7. Os serviços a serem executados deverão seguir todas as normas técnicas regulamentadas e procedimentos aplicáveis. Deverão também ser seguidas as boas práticas de engenharia e as orientações dos fabricantes, quando aplicáveis.
- 5.8. A contratada deverá fornecer as máquinas abastecidas, com operadores devidamente

**29**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



habilitados e com os equipamentos de proteção necessários.

- 5.9. A contratada deve arcar com os custos de deslocamento das máquinas, materiais, equipamentos e funcionários até o município e o local da execução dos serviços.
- 5.10. A empresa deverá apresentar as máquinas e os equipamentos em boas condições de uso, as despesas decorrentes da manutenção, lubrificantes, operador e qualquer outro que afete a operação, serão de responsabilidade do contratado.
- 5.11. A empresa contratada deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão não arcando o Município com qualquer ônus em caso de acidente.
- 5.12. Os serviços que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante, por meio da emissão da ordem de serviço e a orientação/fiscalização dos técnicos do município de Ibitiara/BA, estando o equipamento disponível no período conforme necessidade e as condições contratuais.
- 5.13. O custo de mobilização, desmobilização, alimentação e transporte dos operador-motoristas, combustível, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos na realização do serviço estão a cargo da contratada, ou seja, na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais e mão de obra necessária à operação e manutenção do equipamento, incluindo os controles e regulagens do mesmo e eventuais reposições de peças.
- 5.14. A contratada deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade, utilizando-se de combustível e demais itens na execução contratual de boa procedência e que atenda às normas dos órgãos do meio ambiente.
- 5.15. É de responsabilidade da contratada o custo com todos os materiais necessários à execução dos serviços, visando o pleno desempenho do objeto da contratação.
- 5.16. Os serviços contratados deverão ser executados rigorosamente de acordo com as especificações, Normas da ABNT, projetos e demais elementos neles referidos;
- 5.17. Os materiais a serem empregados deverão ser novos, adequados aos tipos de serviços a serem executados e atenderem às Especificações. Em nenhuma hipótese será admitido o uso de resquícios de materiais de outras obras;
- 5.18. A obra deverá ser devidamente acompanhada por engenheiros, mestres, operários e funcionários administrativos em número e especialização compatíveis com a natureza dos serviços, bem como materiais em quantidades suficientes para execução dos trabalhos;
- 5.19. A utilização de equipamentos, aparelhos e ferramentas deverão ser apropriados a cada serviço;
- 5.20. De acordo com as necessidades da obra ou a pedido da Fiscalização, deverão ser desenvolvidos desenhos de detalhes de execução, os quais serão previamente examinados e autenticados, se for o caso, pelo Município;
- 5.21. A obra deverá ser instalada dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o canteiro de serviços sempre organizado e limpo. Deverá também ser mantido serviço ininterrupto de vigilância da obra, até sua entrega definitiva.
- 5.22. Deverão ser mantidos atualizados, no canteiro de obras, Alvará, Diário de obras, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como possuir os cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.
- 5.23. Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.
- 5.24. Todo o material a ser adquirido para a obra deverá ser previamente apresentado à fiscalização para análise e aprovação por meio de amostra múltipla, em tempo hábil para que, caso a utilização do mesmo seja vetada, sua reposição não venha a afetar o cronograma preestabelecido.

## **6 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

30

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- 6.1. Os serviços serão executados em trechos de estradas vicinais localizadas na zona rural do Município de Ibitiara, conforme demanda identificada pela Secretaria Municipal de Transporte, contemplando a construção de dispositivos de drenagem destinados ao adequado escoamento das águas pluviais e à melhoria das condições de trafegabilidade das vias.
- 6.2. As intervenções previstas compreendem a construção de três bueiros tubulares de concreto do tipo BTTC com diâmetro de 1,50 m em trechos localizados na estrada do Povoado de Juazeiro, a construção de um bueiro tubular de concreto do tipo BTTC com diâmetro de 1,50 m em trecho da estrada de acesso ao Povoado de Caldeirão, bem como a construção de um bueiro celular de concreto do tipo BSCC com dimensão de 1,50 m na Via Surubim.
- 6.3. Os serviços envolverão atividades de escavação, regularização e preparação do terreno, implantação das estruturas de drenagem, execução de aterros e reaterros, compactação, recomposição da plataforma da estrada, conformação dos acessos e demais serviços complementares necessários ao adequado funcionamento dos dispositivos implantados, observando-se as especificações técnicas, normas de engenharia e condições definidas no Estudo Técnico Preliminar:
  - a) Os serviços a serem executados deverão seguir todas as normas técnicas regulamentadas e procedimentos aplicáveis. Deverão também ser seguidas as boas práticas de engenharia e as orientações dos fabricantes, quando aplicáveis;
  - b) A contratada deverá fornecer as máquinas abastecidas, com operadores devidamente habilitados e com os equipamentos de proteção necessários;
  - c) A empresa deverá apresentar as máquinas e os equipamentos em boas condições de uso, as despesas decorrentes da manutenção, lubrificantes, operador e qualquer outro que afete a operação, serão de responsabilidade do contratado;
  - d) A empresa contratada deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão não arcando o Município com qualquer ônus em caso de acidente;
  - e) Os serviços que constituem o objeto deste estudo deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante, por meio da emissão da ordem de serviço e a orientação/fiscalização dos técnicos do município, estando o equipamento disponível no período conforme necessidade e as condições contratuais;
  - g) A contratada deve arcar com os custos de deslocamento das máquinas, equipamentos e funcionários até o município e o local da execução dos serviços.
  - i) O custo de mobilização, desmobilização, alimentação e transporte dos operador-motoristas, combustível, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos na realização do serviço estão a cargo da contratada, ou seja, na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais e mão de obra necessária à operação e manutenção do equipamento, incluindo os controles e regulagens do mesmo e eventuais reposições de peças.
  - j) A contratada deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade, utilizando-se de combustível e demais itens na execução contratual de boa procedência e que atenda às normas dos órgãos do meio ambiente.
  - k) É de responsabilidade da contratada o custo com todos os materiais necessários à execução dos serviços, visando o pleno desempenho do objeto da contratação.
  - l) Os serviços contratados deverão ser executados rigorosamente de acordo com as especificações, Normas da ABNT, projetos e demais elementos neles referidos;
  - m) Os materiais a serem empregados deverão ser novos, adequados aos tipos de serviços a serem executados e atenderem às Especificações. Em nenhuma hipótese será admitido o uso de resquícios de materiais de outras obras;
  - n) Os serviços deverão ser devidamente acompanhados por engenheiros, mestres, operários e funcionários administrativos em número e especialização compatíveis com a natureza dos

31

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- serviços, bem como materiais em quantidades suficientes para execução dos trabalhos;
- o) A utilização de equipamentos, aparelhos e ferramentas deverão ser apropriados a cada serviço;
- p) De acordo com as necessidades dos serviços ou a pedido da Fiscalização, deverão ser desenvolvidos desenhos de detalhes de execução, os quais serão previamente examinados e autenticados, se for o caso, pelo Município;
- q) Os serviços deverão ser instalados dentro das normas gerais de construção, com previsão de depósito de materiais, mantendo o local de execução dos serviços sempre organizado e limpo. Deverá também ser mantido serviço ininterrupto de vigilância dos serviços, até sua entrega definitiva.
- r) Deverão ser mantidos atualizados, no canteiro de obras, Alvará, Diário de obras, Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como possuir os cronogramas e demais elementos que interessam aos serviços.

#### 6.4. Indicação de marcas ou modelos:

6.4.1. Não se aplica.

#### 6.5. Vistoria

6.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.

6.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

6.5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.5.4. A vistoria deverá contemplar todos os trechos de intervenção previstos no objeto, abrangendo os pontos localizados nas estradas vicinais do Município de Ibitiara destinados à execução dos bueiros e dispositivos de drenagem, sendo de responsabilidade do interessado o levantamento de informações quanto às condições de acesso, características do terreno, condições de escoamento das águas, interferências existentes, situação atual das passagens de água e demais elementos que possam influenciar na execução dos serviços.

6.5.5. Durante a vistoria, o interessado poderá realizar registros fotográficos, medições e anotações técnicas, sendo vedada qualquer intervenção física nos locais, devendo ser observadas as normas de segurança e preservação do patrimônio público.

6.5.6. Eventuais dúvidas de natureza técnica identificadas durante a vistoria deverão ser formalizadas junto à Administração, por meio dos canais oficiais do processo licitatório, não sendo admitidas alegações posteriores de omissões ou inconsistências não questionadas tempestivamente.

6.5.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar **declaração formal assinada** pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

32

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



6.5.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### **6.6. Garantia da contratação**

6.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **6.7. Garantia da proposta**

6.7.1. Não haverá exigência, o momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, nos termos do artigo 58 e parágrafos da Lei Federal 14.133, de 2021.

### **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 7.1.2. A execução do objeto será em até 10 (dez) dias da emissão da ordem de serviços, no prazo previsto no cronograma físico-financeiro anexo ao presente termo de referência;
- 7.1.3. As informações sobre descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho rotina do objeto deverá obedecer ao disposto neste termo de referência e em seus anexos, devendo a contratada obedecer às regras estabelecidas pela contratante.
- 7.1.4. Para pagamento, será contabilizada a hora a partir do momento em que se inicia o serviço no local designado (área patrimonial da Contratante), não sendo contabilizado a hora em função dos deslocamentos até o local da prestação do serviço, bem como qualquer tipo de interrupção não solicitada pela Administração, ou seja, a medição será efetuada pelas horas efetivamente trabalhadas pelo responsável pela fiscalização dos serviços e acompanhamento dos empregados da contratante.
- 7.1.5. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho encontram-se presentes no presente termo de referência e no memorial descritivo, anexo ao presente termo de referência.
- 7.1.6. As etapas de medição serão apresentadas pela fiscalização após a adjudicação, acompanhadas de modelo de diário de obra, ata de reunião, e demais documentações técnicas necessárias ao acompanhamento da obra.
- 7.1.7. A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão de Ordem de Serviço, cujas etapas observarão os Cronogramas Físico-Financeiros.
- 7.1.8. As etapas obedecerão ao cronograma, estimado em 60 (sessenta) dias, prazo definido como adequado para a conclusão da obra de construção proposta neste instrumento

#### **7.2. Local e horário da prestação dos serviços**

- 7.2.1. Os serviços serão prestados na zona rural do município de Ibitiara/BA, na localização a seguir:
- a) Estrada do Povoado de Juazeiro – Ibitiara/BA
  - b) Estrada de acesso ao Povoado de Caldeirão – Ibitiara/BA

33

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



c) Estrada Via Surubim – Ibitiara/BA

7.2.2. Os serviços serão prestados nos dias e horários úteis, em horários de funcionamento dos serviços públicos, podendo ser executados em outros horários a depender da necessidade da administração municipal, de acordo entre as partes.

### **7.3. Rotinas a serem cumpridas**

7.3.1. A execução contratual observará as rotinas presentes neste termo de referência, no memorial descritivo (anexo ao presente), bem como as orientações da CONTRATANTE.

### **7.4. Materiais a serem disponibilizados**

7.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- a. Materiais de construção civil: cimento, areia, brita, argamassas industrializadas ou preparadas em obra, blocos, tijolos, meio-fio, peças pré-moldadas, concreto usinado ou preparado em obra, conforme especificação;
- b. Materiais para pavimentação e acabamentos: pisos intertravados, concreto moldado in loco, revestimentos, bancos, mobiliário urbano, guarda-corpos, elementos metálicos, madeira tratada (quando previsto), além de insumos para assentamento e fixação;
- c. Materiais para drenagem e infraestrutura: tubos, manilhas, caixas de passagem, grelhas, canaletas, dispositivos de escoamento superficial, bem como insumos complementares;
- d. Materiais elétricos e de iluminação pública: postes, luminárias, cabos, eletrodutos, quadros de distribuição, dispositivos de proteção e demais componentes necessários à instalação elétrica;
- e. Materiais para paisagismo e urbanização: mudas, grama natural ou sintética (conforme projeto), substratos, insumos para plantio, sistemas de irrigação (quando aplicável) e elementos decorativos;
- f. Materiais de sinalização e acessibilidade: piso tátil, rampas, corrimãos, sinalização horizontal e vertical, conforme normas de acessibilidade vigentes;
- g. Equipamentos e ferramentas: betoneiras, compactadores, cortadoras, andaimes, escoras, equipamentos de medição, ferramentas manuais e elétricas, além de equipamentos de proteção coletiva;
- h. Equipamentos de proteção individual (EPIs): capacetes, luvas, botas, óculos, protetores auriculares, cintos de segurança e demais itens exigidos pelas normas de segurança do trabalho.

7.4.2. A CONTRATADA deverá conter todos os equipamentos necessários.

### **7.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

7.5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

7.5.2. Todos os custos com manutenção e combustível dos equipamentos é de responsabilidade da CONTRATADA;

7.5.3. A CONTRATADA deverá apresentar todos os profissionais e equipamentos necessários à execução do presente;

7.5.4. É de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas com os profissionais e operadores dos equipamentos, inclusive com o fornecimento de EPI e EPC, se for o caso.

7.5.5. Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços serão de fornecimento integral da CONTRATADA, devendo atender às especificações técnicas, normas vigentes e padrões de qualidade exigidos.

### **7.6. Especificação da garantia do serviço**



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



7.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

8.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria:

**Unidade: 023000 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE**  
**Ação: 26.782.011.1.015 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESTRADAS, PONTES E PONTILHÕES**  
**Elemento de despesa: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações**  
**Fonte: 1500**

## **9. ESTIMATIVA DOS PREÇOS REFERENCIAIS E ORÇAMENTO:**

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 351.403,50 (trezentos e cinquenta e um mil quatrocentos e três reais e cinquenta centavos), conforme custos unitários apostos na planilha constante nesse Termo de Referência.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado.

9.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.4. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.6. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.7. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.8. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação total do objeto licitatório, devendo a contratada, caso submeta à subcontratação o objeto do presente termo de referência, comunicar a administração, visando a autorização da respectiva.

## **11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.**

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **12. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5 Após a assinatura do contrato administrativo ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial visando a apresentação do plano de trabalho e fiscalização.

12.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

12.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

12.8 Os serviços serão executados de acordo com o cronograma físico-financeiro, anexo ao presente termo de referência;

12.9 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

12.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

12.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

12.12 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

12.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.17 Caso entenda necessário, o gestor poderá nomear apenas um fiscal para exercer todas as formas de fiscalização do contrato administrativo.

36

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



12.18 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.19 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.20 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.21 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.22 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.23 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.24 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.25 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### **13 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

#### **13.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

13.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

#### **13.2 REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

13.2.1 O contratado será selecionado por meio da realização de processo licitatório na modalidade concorrência eletrônica.

13.2.2 O critério de aceitabilidade de preços será: valor global, conforme valor estimado da contratação

13.2.3 O modo de disputa adotado será ABERTO com oferta de lances.

13.2.4 O regime de execução do contrato será indireta por menor preço unitário.

13.2.5 O critério de julgamento dos preços deverá ser o menor preço global.

13.2.6 O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021.).

37

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



13.2.7 Conforme artigo 54 § 4º, no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

### 13.3 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.3.1 Como condição prévia ao exame dos documentos relativos à habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;  
Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "a", "b" e "c" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU. (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 13.3.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Pessoa física e sócio da empresa licitante:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- No caso de **empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- No caso de **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- Inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- No caso de **sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- No caso de **cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

38

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- j) No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**: decreto de autorização;
- k) Os documentos acima deverão estar acompanhados de **todas as alterações ou da consolidação respectiva**;

#### **13.3.1.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual **e/ou** municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- d) Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- f) Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- g) Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- h) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- i) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **13.3.1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando;
- c) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- e) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- f) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- g) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **capital mínimo de 10%** do valor total estimado da contratação.

39

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- h) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- i) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 13.3.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

- a) Comprovação de aptidão para a execução de serviços de complexidade tecnológica operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio de apresentação de **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO - OPERACIONAL DA LICITANTE**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou satisfatoriamente, serviços compatíveis com o objeto do Edital.
- c) Considerando a análise da Curva ABC da planilha orçamentária, verificou-se que os serviços relacionados à execução das estruturas de drenagem representam a parcela predominante do valor global da obra, razão pela qual serão exigidas as seguintes comprovações mínimas:
1. Execução de bueiros tubulares de concreto, bueiros celulares de concreto ou dispositivos equivalentes de drenagem e transposição hidráulica;
  2. Execução de boca de bueiro em concreto, pedra argamassada ou solução equivalente;
  3. Assentamento de tubos de concreto armado de grande diâmetro em obras de drenagem ou infraestrutura correlata;
  4. Execução de serviços de escavação, aterro e reaterro em obras de infraestrutura;
  5. Execução de serviços de compactação e recomposição de plataforma de vias;
  6. Execução de obras de drenagem pluvial em estradas vicinais, vias rurais ou obras de infraestrutura correlatas;
  7. Execução de serviços de contenção, regularização ou adequação de acessos em obras viárias ou de drenagem.
- d) Apresentação dos profissionais, pertencentes ao quadro da empresa, devidamente registrados no conselho profissional competente, detentor de **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o profissional executou satisfatoriamente, serviços iguais ou de características semelhantes com o objeto do Edital.
- e) Os profissionais indicados na forma supra deverão participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;
- f) A comprovação de que o profissional pertence ao quadro da empresa licitante dar-se-á através:
- 1) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;
  - 2) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
  - 3) No caso de vínculo empregatício: cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CCPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstre o n.º de registro, qualificação civil ou contrato de trabalho em vigor, com a última alteração de salário;
  - 4) Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da licitante onde consta o registro do profissional como RT, ou a apresentação de um dos seguintes documentos: Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do

40

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



Trabalho; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CCPS, em nome do profissional; ou Contrato Social ou último aditivo se houver; ou Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.

5) Declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

f) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

g) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

h) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade;

i) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### 13.3.1.5 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

b) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

c) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

d) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

e) O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

f) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

g) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

h) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 14 DO RECEBIMENTO E LIQUIDAÇÃO

14.3 Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, **por meio de planilha e memória de cálculo detalhada**.

14.4 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade

14.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos do contrato,

41

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

14.6 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

14.7 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.7.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

14.7.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.7.3 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.9 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

14.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.11 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

14.11.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nas informações constantes nos relatórios, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.11.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.11.3 Emitir Termo para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.11.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

14.11.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos

42

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

14.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.13 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

14.14 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.15 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa, no mínimo, os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.16 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

## **15 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO.**

15.3 Os serviços serão medidos na sua totalidade e em conformidade com as atividades desenvolvidas, conforme a planilha orçamentária apresentada conjuntamente no Edital de Licitação, conforme as orientações da FISCALIZAÇÃO e as especificações técnicas deste Termo de Referência.

15.4 Os serviços serão medidos e, conseqüentemente pagos, de acordo com a quantidade de serviços realizados, devidamente aprovados pela fiscalização da contratante.

15.5 Após a aprovação da medição pela FISCALIZAÇÃO, poderá a CONTRATADA emitir e apresentar a respectiva nota fiscal, devidamente acompanhada dos demais documentos pertinentes, para que a FISCALIZAÇÃO anexe toda a documentação na prestação de contas e a equipe técnica poder analisar a documentação e assim efetuar o devido pagamento, nos termos do edital e do contrato.

15.6 As notas fiscais/faturas com a discriminação dos serviços executados deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO para o atesto das mesmas.

15.7 A avaliação da execução do objeto utilizará relatório emitido pelo contratado, bem como os documentos de fiscalização elaborados pelo fiscal do contrato:

15.7.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.7.1.1 não produzir os resultados acordados,

15.7.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades

**43**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



contratadas; ou

15.7.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.8 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

15.9 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.10 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

15.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.12 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.13 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.14 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.15 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.17 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

15.19 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.21 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.22 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha

44

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela a ser paga.  
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  
$$I = \frac{(TX) \times I}{365} = \frac{(6 / 100)}{365}$$
  
TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 16 DO REAJUSTE.

16.3 Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice INCC, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

16.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.5 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.6 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.7 Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

## 17 ALTERAÇÕES DO CONTRATO.

17.3 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17.4 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.5 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.6 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.7 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar as consequências indicadas no art. 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e no Termo de Referência, anexo ao Edital.

17.8 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

17.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

45

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



17.8.3 Indenizações e multas.

## **18 EXTINÇÃO DO CONTRATO**

18.3 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

18.4 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

18.5 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.5.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

18.5.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

18.5.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

18.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.6.3 Indenizações e multas.

18.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **19 DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO**

19.1 O futuro contrato poderá ser rescindido, a critério da Contratante, nas hipóteses de inadimplemento parcial ou total de quaisquer obrigações contidas neste termo de referência, nos termos do art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, desde que efetivamente reste comprovado prejuízo à finalidade pública pretendida com a contratação;

19.2 Cabe à parte prejudicada ou interessada a comprovação do efetivo prejuízo que justifique a rescisão contratual, caso ocorra quaisquer dos motivos indicados na legislação;

19.3 A rescisão contratual será processada nos autos de processo de gestão, sempre se garantindo o contraditório e a ampla defesa;

19.4 Na ocorrência de rescisão contratual, ficam assegurados os direitos da Administração contidos na legislação, sem prejuízo de quaisquer outros previstos pela legislação

## **20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- I. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- II. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- III. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

46

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- IV. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- V. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VI. Apresentar declaração ou documentação falsa;
- VII. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VIII. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IX. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- X. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 20.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações.
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 20.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 20.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
- 20.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município de Tanhaçu-BA, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
- 20.6 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município de Ibitiara/BA poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos

47

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.12 As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do órgão ou entidade pública.

## **21 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**

21.1 São obrigações da Contratante:

21.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

21.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

21.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

21.1.4 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

21.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

21.1.6 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação do serviço objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

21.1.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.1.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;

21.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

21.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

21.1.11 Fornecer todas as informações necessárias para a execução do objeto;

21.1.12 Fiscalizar o contrato de modo que assegure que o ambiente de trabalho inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

21.1.13 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

21.1.14 Orientar a Contratada quanto à melhor forma de execução dos serviços;

21.1.15 As demais obrigações estarão previstas no contrato, além das baseadas na Lei Federal 14.133/2021.

## **22 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.**

22.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

48

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- 22.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;
- 22.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 22.1.3 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
- 22.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 22.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 22.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 22.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 22.1.8 Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;
- 22.1.9 Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 22.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 22.1.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 22.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 22.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 22.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
- 22.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 22.1.16 Manter-se registrada/inscrita no Conselho profissional competente, conforme solicitado no edital de licitação, durante todo o período de execução contratual;
- 22.1.17 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010.
- 22.1.18 Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 22.1.19 As demais obrigações estarão previstas no contrato, além das baseadas na Lei Federal 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- 22.1.20 Fornecer os materiais/serviços de acordo com as determinações do CONTRATANTE, na forma e condições previstas neste projeto básico;
- 22.1.21 Zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- 22.1.22 Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- 22.1.23 Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento/execução contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- 22.1.24 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 22.1.25 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- 22.1.26 Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- 22.1.27 Adimplir os serviços exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- 22.1.28 Refazer, às suas expensas, o serviço que vier a ser recusado;
- 22.1.29 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;
- 22.1.30 Prestar os serviços/materiais de acordo com o padrão de identidade e qualidade estabelecido na legislação pertinente;
- 22.1.31 Cumprir rigorosamente os prazos de execução pactuados;
- 22.1.32 Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- 22.1.33 Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente do contrato;
- 22.1.34 Realizar entrega do material/serviço solicitado no prazo máximo estabelecido em planilha.

## **23 DAS REGRAS BÁSICAS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 23.1 Não será utilizado o registro de preços



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



BRASIL

**ANEXO III – MODELO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O [município], POR INTERMÉDIO DO (A) [órgão contratante] E [empresa]

O **MUNICÍPIO XXXX** por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) [indicar endereço completo], inscrito(a) no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/0001-xx, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº xxx.xxx.xxx-xx e portador do RG nº xxxxxxxx SSP/UF, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o [INDICAR RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], pessoa jurídica de direito privado, com sede na [indicar endereço completo], inscrita no CNPJ/MF sob nº. xx.xxx.xxx/0001-xx, NESTE ato representada pelo seu representante legal o/a Sr(a). ....., inscrito no Cadastro de Pessoa Física (CPF) sob o nº xxx.xxx.xxx-xx e portador do RG nº xxxxxxxx SSP/UF, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº.../....**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Concorrência Eletrônica nº.../....**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:  
**[ESPECIFICAÇÃO /PLANILHA]**
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.3.1.O Termo de Referência;
  - 1.3.2.O Edital da Licitação;
  - 1.3.3.A Proposta do contratado;
  - 1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o **de empreitada por preço global / empreitada por preço unitário / empreitada integral / contratação por tarefa / contratação integrada / contratação semi-integrada / fornecimento e prestação de serviço associado.**

51

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando-se especialmente para:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo a necessidade da prorrogação;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente, ou que há necessidade da prorrogação;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço ou necessidade do referido;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, bem como nos documentos que compõe o projeto básico.

3.2. Os prazos de início das etapas da execução, conclusão, entrega e recebimentos são àqueles previstos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. *O valor da contratação é de R\$ xxxxxx.*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os valores para pagamento serão definidos a partir da execução do serviço e da medição apresentada pela contratada, após o atesto da contratante aprovando e corroborando com que foi de

52

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



fato executado.

#### **CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais **[elaboradas com base no SINAPI (SICRO) do mês xxx do ano de yyyy] OU [datadas de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_]**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \_\_\_\_\_ (**indicar o índice a ser adotado**), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante, além cumprir com o disposto no Termo de Referência, projeto básico e demais elementos :

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência/Projeto Básico**;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

53

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- 8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**;
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, bem como do Termo de Referência, projeto básico e demais elementos constitutivo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou

**54**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for

55

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se

56

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no **Termo de Referência/Projeto Básico**, em plena validade.

9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.38.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho

57

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.41. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha

58

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



de formação de preços os custos correspondentes.

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9.45. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

10.2. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.3. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

10.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.6. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.6.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

10.6.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022](#).

10.7. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

59

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



10.8. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- e) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- f) *Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;*
- g) *Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;*
- h) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens deste termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- i) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento ou prestação do serviço, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento ou prestação do serviço com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento ou prestação do serviço, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

60

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



3) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

4) 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

11.3.1. *As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.*

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do Decreto Municipal.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

61

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados neste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I.Gestão/Unidade:
- II.Fonte de Recursos:
- III.Programa de Trabalho:
- IV.Elemento de Despesa:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a

63

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (75) 99135-2693 - <https://www.ibitiara.ba.gov.br/>

EDITAL – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA– Nº 004/2026-CONC-E



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



eventual descarte realizado.

16.5. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.6.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o **Foro XXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

**MUNICÍPIO DE XXXXXXXX**  
Representante legal do órgão gerenciador  
**CONTRATANTE**

ANEXO I  
PROJETO BÁSICO



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



## PROJETO BÁSICO

### 1. OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

- 1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE IBITIARA/BA, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- 1.2 Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.
- 1.4 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela anexa.
- 1.5 A presente contratação adota como regime de execução de fornecimento e prestação de serviço associado.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A necessidade da contratação decorre da demanda por melhorias na infraestrutura das estradas vicinais do Município de Ibitiara/BA, especialmente quanto à drenagem pluvial e à segurança das vias rurais, mediante a execução de obras de arte correntes destinadas à adequada transposição de águas pluviais.

Os trechos objeto da intervenção apresentam deficiência no sistema de drenagem, ocasionando acúmulo de águas superficiais, processos erosivos e danos constantes à plataforma das vias.

Durante períodos chuvosos, diversos trechos tornam-se parcialmente ou totalmente intransitáveis, comprometendo o deslocamento da população rural, o transporte escolar, o acesso aos serviços públicos essenciais e o escoamento da produção agrícola.

A inexistência ou insuficiência de dispositivos adequados de drenagem compromete a estabilidade da estrada vicinal, provocando erosões laterais, carreamento de material e rompimentos da via.

As obras de arte correntes são indispensáveis para garantir o adequado escoamento das águas pluviais, reduzindo os impactos provocados pelas precipitações e aumentando a durabilidade das estradas.

A implantação dos bueiros proporcionará maior segurança viária, melhores condições de trafegabilidade e redução dos custos futuros de manutenção corretiva das estradas vicinais.

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



A intervenção atende diretamente ao interesse público, promovendo melhorias na mobilidade rural, acessibilidade das comunidades e desenvolvimento socioeconômico local.

Os fatores apresentados demonstram de forma clara a necessidade da execução das obras de arte correntes como medida essencial para garantir infraestrutura adequada, segurança viária e continuidade do tráfego nas estradas vicinais do Município de Ibitiara/BA.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1 Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das 3 justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução (Art. 7º, inciso IV da IN 40/2020 e inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/21)
- 3.2 A descrição da solução deverá como um todo, incluir as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, e, quando for o caso, acompanhar as justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;
- 3.3 Os serviços deverão ser prestados nos padrões técnicos recomendados e contar com quadro de pessoal operacional capacitado e em número suficiente proporcionais ao prazo de execução estabelecido.
- 3.4 Toda a remoção, carga, transporte e descarregamento dos materiais resultantes da limpeza geral devem seguir rigorosamente as normas técnicas e legislação que regulamentam a matéria, em especial a NBR 10004:2004.

### **4. PRAZOS**

- 4.1 O prazo de vigência do contrato terá início a partir da sua assinatura e encerramento em 12 meses após a assinatura de contrato, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração Municipal e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- 4.2 O prazo de execução do contrato será de 2 meses, prorrogável na forma da Lei nº

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



14.133/2021.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### • Sustentabilidade

5.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1 Quando couber, devem ser adotadas as práticas de sustentabilidade descritas no artigo 6º, da INº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

5.1.2 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos: resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

5.1.2.1 Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

5.1.2.2 Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

5.1.2.3 Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

5.1.3 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

5.1.4 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

- 5.1.5 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

5.1.6 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

- **Subcontratação**

5.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual

- **Garantia da contratação**

5.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.4 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- 5.5 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 5.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- **Vistoria**
- 5.7 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.
- 5.8 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 5.9 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 5.10 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1.A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1. A execução do objeto será iniciada em até 10 dias da assinatura da ordem de serviço;
- 6.1.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.
- 6.1.3. Cronograma de realização dos serviços: deverá ser aquele estabelecido no cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante.

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



Secretaria municipal de  
**GOVERNO E  
ADMINISTRAÇÃO**  
IBITIARA-BA

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
  - **Fiscalização**
- 7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato.
  - **Fiscalização Técnica**
- 7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Art. 22, VI, Decreto nº 11.246 de 2022);
- 7.8. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Art. 22, II, Decreto nº 11.246 de 2022);

7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Art. 22, III, Decreto nº 11.246 de 2022);

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Art. 22, IV, Decreto nº 11.246 de 2022);

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Art. 22, V, Decreto nº 11.246 de 2022);

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Art. 22, VII, Decreto nº 11.246 de 2022)

- **Fiscalização Administrativa**

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246 de 2022).

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Art. 23, IV do Decreto nº 11.246 de 2022).

- **Gestor do Contrato**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- 7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246 de 2022 art. 21, IV).
- 7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246 de 2022 art. 21, II).
- 7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246 de 2022 art. 21, III).
- 7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246 de 2022 art. 21, VIII).
- 7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246 de 2022 art. 21, X).
- 7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246 de 2022 art. 21, VI).

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a Medição para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

8.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1. Não produzir os resultados acordados,

8.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2. A utilização do instrumento não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

### • Do recebimento

8.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.3.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

8.3.2 O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

8.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (§ 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021 e Art. 25 do Decreto nº 11246, de 2022).

8.4.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.4.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, Decreto nº 11246 de 2022).

8.4.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 20, X, Decreto nº 11246 de 2022)

8.4.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.4.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.4.6 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.4.7 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4.8 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.4.9 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.4.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste PROJETO BÁSICO e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.6.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento. (Art. 21, VII, Decreto nº 11246 de 2022).

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- 8.6.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 8.6.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 8.6.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.6.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.8 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- **Liquidação**
- 8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.10.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

- 8.11 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.12 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 8.13 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.14 A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 8.15 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
**Secretaria Municipal de Governo e Administração**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

- **Prazo de pagamento**

8.19 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária.

- **Forma de pagamento**

8.21 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



8.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

- **Antecipação de pagamento**

8.25 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

● Cessão de crédito

8.26 Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

## 9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

- **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.3 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

- **Regime de execução**

9.4 O regime de execução do contrato será Empreitada por Preço Unitário.

- **Exigências de habilitação**

9.5 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- **Habilitação jurídica**

9.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

• **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



9.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15 Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

• **Qualificação Econômico-Financeira**

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



- 9.21 certidão negativa de falência emitida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;
- 9.22 certidão negativa de insolvência emitida pelo distribuidor da sede do fornecedor, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;
- 9.23 Certidão Simplificada expedida pela junta comercial do estado da licitante;
- 9.24 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 9.25 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 9.26 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- 9.27 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.28 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.29 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



9.30 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31 As demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013, posteriormente substituída pela Instrução Normativa RFB nº 1.774/2017, que estabelece a obrigatoriedade do registro das demonstrações contábeis por meio da Escrituração Contábil Digital (ECD), integrante do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

9.32 Parágrafo único: Ficam excetuadas dessa obrigatoriedade as empresas optantes pelo regime tributário do Simples Nacional, as quais poderão apresentar suas escriturações contábeis devidamente registradas na Junta Comercial.

9.33 Demonstração, assinada pelo representante legal/procurador da licitante e profissional habilitado da área contábil, com dados do seu último balanço já exigível na forma da lei, de que possui Disponibilidade Financeira Líquida igual ou superior ao orçamento oficial da obra ( $DFL \geq$  orçamento oficial da obra), a qual mede a capacidade que a licitante possui de contratar com a Administração Pública Estadual, obtida através da fórmula:

**$DFL = (10 \times PL) - VA$ , onde:**

**DFL = Disponibilidade Financeira Líquida;**

**PL = Patrimônio Líquido;**

**VA = Somatório dos saldos contratuais das obras e serviços em andamento ou a iniciar.**

9.34 Garantia de participação de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação;

9.35 As empresas deverão efetuar a garantia de participação, no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação com validade mínima de 90 (noventa) dias;

9.36 Toda e qualquer caução poderá ser oferecida em quaisquer das modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da Lei 14.133/21;

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



9.37 A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, conforme § 2º do art. 58 da Lei 14.133/21;

9.38 Sob pena de desclassificação, as empresas deverão apresentar junto com a documentação de habilitação o comprovante de pagamento da garantia efetuada em qualquer das modalidades previstas em lei.

- **Qualificação Técnica**

9.39 CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da sede da empresa, obedecidas as atualizações cadastrais, em plena validade.

9.39.1 Em se tratando de empresa sediada em outro estado, caso seja declarada vencedora do certame, deverá providenciar, COMO CONDIÇÃO PRÉVIA À CONTRATAÇÃO, o visto na entidade profissional competente do local (Estado da Bahia) em que serão prestados os serviços ou realizadas as obras.

9.39.2 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.40 Comprovação de registro da licitante e do (s) seu(s) responsável (is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Regional de Arquitetos e Urbanistas (CAU), conforme for o caso, competente da região a que estiver vinculada a sede ou domicílio da licitante, dentro do prazo de validade e com os dados cadastrais atualizados junto ao órgão;

9.41 Alvará de Funcionamento em plena validade emitida pelo órgão municipal da sede do licitante;

9.42 DECLARAÇÃO de que o licitante vistoriou os locais onde serão realizadas a obra, e de que recebeu todos os documentos, bem como de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.43 Apresentação de relação explícita e declaração formal, sob as penas cabíveis, de que dispõem de equipe técnica, instalações, canteiros, máquinas e equipamentos em bom estado, adequados à execução rápida e eficiente dos serviços. A relação da equipe técnica deverá indicar a qualificação profissional de cada um, acompanhada de declaração autorizando a indicação de seus nomes, com data posterior à publicação do edital, com reconhecimento de firma das assinaturas;

9.44 **DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA INTEGRAR A EQUIPE QUE EXECUTARÁ OS SERVIÇOS OBJETO DA LICITAÇÃO**, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe, acompanhada da anuência dos profissionais (modelo anexo ao Edital):

9.44.1 **01 (um) profissional ENGENHEIRO CIVIL E/OU ARQUITETO**, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, com experiência profissional comprovada em supervisão de serviços de natureza semelhante com o objeto licitado;

9.44.2 **01 (um) profissional ENCARGADO DE SERVIÇOS**, com experiência profissional comprovada em serviços de natureza semelhante com o objeto da presente licitação, para permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços. Obs.: A experiência profissional poderá ser comprovada, mediante apresentação de currículo Vitae.

**9.45 QUANTO À CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL: (DOS PROFISSIONAIS INDICADOS)**

9.45.1 CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO DA PESSOA FÍSICA - CRQPF, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.

9.45.2 A CAPACITAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS REGISTRADOS NO CREA, SERÃO ATESTADAS MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



competente da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, em nome do(s) responsável (is) técnico(s).

9.45.3 Para fins da comprovação de capacidade técnico-profissional, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados de características semelhantes às parcelas de maior relevância na forma da tabela abaixo:

Descrição	Und.
Execução de bueiros tubulares de concreto, bueiros celulares de concreto ou dispositivos equivalentes de drenagem e transposição hidráulica	m
Execução de boca de bueiro em concreto, pedra argamassada ou solução equivalente	un
Assentamento de tubos de concreto armado de grande diâmetro em obras de drenagem ou infraestrutura correlata	m
Execução de serviços de escavação, aterro e reaterro em obras de infraestrutura	m <sup>3</sup>
Execução de serviços de compactação e recomposição de plataforma de vias	m <sup>2</sup>
Execução de obras de drenagem pluvial em estradas vicinais, vias rurais ou obras de infraestrutura correlatas	m
Execução de serviços de contenção, regularização ou adequação de acessos em o viárias ou de drenagem.	m <sup>2</sup>

9.45.4 Os profissionais indicados pelos licitantes para fins de COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, deverão ser observadas a necessária qualificação técnica e atribuições do título lhe conferidos, nos termos da Resolução nº 218/73 – CONFEA e DEVERÃO PARTICIPAR DA OBRA OU SERVIÇO OBJETO DA LICITAÇÃO, ADMITINDO-SE A SUA SUBSTITUIÇÃO POR PROFISSIONAIS DE EXPERIÊNCIA EQUIVALENTE OU SUPERIOR, DESDE QUE APROVADO PELA ADMINISTRAÇÃO.

9.45.5 Os RESPONSÁVEIS TÉCNICOS E MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA, a título de comprovação do vínculo entre o licitante e o seu responsável técnico, será exigida DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



CONTRATUAL FUTURA, caso o licitante se sagre vencedor do certame

**9.46 QUANTO À CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL (APTIDÃO DA EMPRESA):**

**9.46.1** ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PAPEL TIMBRADO FORNECIDO(S) POR PESSOA(S) JURÍDICA(S) DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO IDENTIFICADO EM NOME DA LICITANTE, ACOMPANHADO DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO – CAT DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO DO SERVIÇO QUE DETÉM A CERTIDÃO, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características semelhantes com o objeto em questão.

**OU**

**9.46.2** CERTIDÃO DE ACERVO OPERACIONAL – CAO (Resolução nº 1.137 de 31/03/2023 (Confea).

**9.46.3** Nos ATESTADOS ou CAO, apresentados, quanto a Capacidade Técnica Operacional a licitante deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo descritos, os quais se referem às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra;

**9.46.4** NO PRESENTE CASO AS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO. (APTIDÃO DA EMPRESA);

**9.46.5** Itens de Maior relevância global ser comprovada (Exigência de Capacidade Técnica Operacional):

Descrição	Und.	Quant. Planilha	Quant. Exigida (50%)
Execução de bueiros tubulares de concreto, bueiros celulares de concreto ou dispositivos equivalentes de drenagem e transposição hidráulica	m	78,00	39,00
Execução de boca de bueiro em concreto, pedra argamassada ou solução equivalente	un	10	5
Assentamento de tubos de concreto armado de grande	m	78,00	39,00

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



diâmetro em obras de drenagem ou infraestrutura correlata			
Execução de serviços de escavação, aterro e reaterro em obras de infraestrutura	m <sup>3</sup>	34	17,00
Execução de serviços de compactação e recomposição de plataforma de vias	m <sup>2</sup>	164	82,00
Execução de obras de drenagem pluvial em estradas vicinais, vias rurais ou obras de infraestrutura correlatas	m	78,00	39,00
Execução de serviços de contenção, regularização adequação de acessos em obras viárias ou de drenagem.	m <sup>2</sup>	164,00	82,00

9.46.6 Nota explicativa sobre Item de Maior Relevância:

- Ao item de maior relevância global (são aqueles que constituem o escopo da licitação, representando o “objeto final licitado” ou a “obra em sua totalidade”, tais com a “extensão total pavimentada” e “comprimento de OAE e vão livre mínimo” - IN nº 58/DNIT SEDE, Art. 4º § 1º);
- Aos itens de maior relevância técnica e financeira contidas no objeto a ser licitado (curva ABC), em número máximo de 8 (oito) itens, e não superior a 50% (cinquenta por cento) das quantidades licitadas para o serviço específico (IN nº 58/DNIT SEDE, Art. 4º ). Os itens de serviço de maior relevância técnica e financeira são aqueles que constem do objeto licitado em valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do orçamento total do objeto (IN nº 58/DNIT SEDE, Art. 4º, § 2º).
- Não é vedado o somatório de atestados, para o atendimento dos itens de “maior relevância global” e / ou aos de “maior relevância técnica contidas no objeto a ser licitado”. Justificativa: de acordo com o Acórdão nº 2.760/2012 – Plenário “se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados”.

9.46.7 A análise documental, a ser apresentada pelo licitante, será realizada pelo

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
Secretaria Municipal de Governo e Administração  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



setor técnico de engenharia, responsável pela elaboração do projeto, que emitirá relatório com o resultado da análise, a fim de embasar a decisão sobre a habilitação ou inabilitação do licitante, por parte do Agente de Contratação.

## 10 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.3 O custo estimado total da contratação é de R\$ 351.403,49 (trezentos e cinquenta e um mil quatrocentos e três reais e quarenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela em anexo.

## 11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.3 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

**Unidade: 023000 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE**

**Ação: 26.782.011.1.015 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESTRADAS, PONTES E PONTILHÕES**

**Elemento de despesa: 4.4.90.51.00 Obras e Instalações**

**Fonte: 1500**

Ibitiara-BA, 04 de maio de 2026.

**MARIA LUIZA OLIVEIRA LEMOS**  
ARQUITETA E URBANISTA  
CAU/BA: A247936-2

Rua João Pessoa, 08 – Centro Ibitiara/Ba CEP: 46.700-000  
Fone/Fax: (77) 3647-2151 - CNPJ: 13.781.828/0001-76

ANEXO II  
CRONOGRAMA FÍSICO-  
FINANCEIRO



**CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES  
EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE  
IBITIARA/BA**

**BANCOS**  
SINAPI - 03/2026 - Bahia  
SICRO3 - 01/2026 - Bahia  
ORSE - 02/2026 - Sergipe  
SEINFRA - 028 - Ceará

**B.D.I**  
22,23%

**Encargos Sociais**  
Não Desonerado:  
embutido nos preços  
unitário dos insumos  
de mão de obra, de  
acordo com as bases.

**CRONOGRAMA**

Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
<b>Três bueiros (BTTC d= 1,50 m) - Povoado Juazeiro</b>					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00%	100,00%		
		7186,24	7186,24		
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	100,00%	100,00%		
		6568,52	6568,52		
3	ESTRUTURA DOS BUEIROS	100,00%	50,00%	50,00%	
		211.390,55	R\$ 105.695,28	R\$ 105.695,28	
<b>Bueiro (BTTC d= 1,50 m) - Trecho estrada Via Povoado de Caldeirão</b>					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00%	100%		
		5.473,70	R\$ 5.473,70		
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	100,00%	100,00%		
		3.520,05	R\$ 3.520,05		
3	ESTRUTURA DOS BUEIROS	100,00%	50,00%	50,00%	
		70.463,52	R\$ 35.231,76	R\$ 35.231,76	
<b>Bueiro (BSCC d= 1,50 m) - Via Surubim</b>					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00%	100%		
		4.699,94	4.699,94		
2	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	100,00%	100%		
		2.505,45	2.505,45		
3	ESTRUTURA DOS BUEIROS	100,00%	50%	50,00%	
		39.595,53	19.797,77	19.797,76	
	Porcentagem		54,26%	45,74%	
	Custo		190.678,71	160.724,80	
	Porcentagem Acumulado		54,26%	100,00%	
	Custo Acumulado		190.678,71	351.403,51	

MARIA LUIZA OLIVEIRA LEMOS  
ARQUITETA E URBANISTA  
CAU/BA: A247936-2

ANEXO III  
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA <b>IBITIARA</b> BONDEZINHOS PARA TODOS		CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE IBITIARA/BA		Bancos	Encargos Sociais	B.D.I.	
				SINAPI - 03/2026 - Bahia SICRO3 - 01/2026 - Bahia ORSE - 02/2026 - Sergipe SEINFRA - 028 - Ceará	Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.	22,23%	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							
Construção de três bueiros (BTTC d= 1,50 m) - Trechos no Povoado de Juazeiro							
Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
<b>1</b>		<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>R\$ 7.186,24</b>
1.1	51	ORSE Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	m²	6	363,89	444,78	2.668,70
1.2	11986	ORSE Placa de inauguração em alumínio com Acrílico, 80x60cm, com logomarca e moldura	UN	1	1.335,82	1.632,77	1.632,77
1.3	98525	SINAPI LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	m²	108	0,79	0,97	104,29
1.4	93358	SINAPI ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	22	103,40	126,39	2.780,49
<b>2</b>		<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>					<b>R\$ 6.568,52</b>
2.1	90777	SINAPI ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10	145,87	178,30	1.782,97
2.2	90776	SINAPI ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	80	48,94	59,82	4.785,55
<b>3</b>		<b>ESTRUTURA DOS BUEIROS</b>					<b>R\$ 211.390,55</b>
3.1	804457	SICRO3 Boca de BTTC D = 1,50 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas	un	6	18.553,44	22.677,87	136.067,22

3.2	C0107 SEINFRA	AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D=150cm	M	54	1.141,19	1.394,88	75.323,33
<b>Construção de um bueiro (BTTC d= 1,50 m) - Trecho estrada Via Povoado de Caldeirão</b>							
<b>1</b>		<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>R\$ 5.473,70</b>
1.1	51 ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	m²	6	363,89	444,78	2.668,70
1.2	11986 ORSE	Placa de inauguração em alumínio com Acrílico, 80x60cm, com logomarca e moldura	UN	1	1.335,82	1.632,77	1.632,77
1.3	98525 SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	m²	36	0,79	0,97	34,76
1.4	93358 SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	9	103,40	126,39	1.137,47
<b>2</b>		<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>					<b>R\$ 3.520,05</b>
2.1	90777 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	8	145,87	178,30	1.426,38
2.2	90776 SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	35	48,94	59,82	2.093,68
<b>3</b>		<b>ESTRUTURA DOS BUEIROS</b>					<b>70.463,52</b>
3.1	804457 SICRO3	Boca de BTTC D = 1,50 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas	un	2	18.553,44	22.677,87	45.355,74
3.2	C0107 SEINFRA	AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D=150cm	M	18	1.141,19	1.394,88	25.107,78
<b>Construção de um bueiro (BSCC d= 1,50 m) - Via Surubim</b>							
<b>1</b>		<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>					<b>R\$ 4.699,94</b>
1.1	51 ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	m²	6	363,89	444,78	2.668,70


1.2	11986	ORSE	Placa de inauguração em alumínio com Acrílico, 80x80cm, com logomarca e moldura	UN	1	1.335,82	1.632,77	1.632,77	
1.3	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	m²	20	0,79	0,97	19,31	
1.4	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	3	103,40	126,39	379,16	
<b>2</b>			<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>					<b>R\$ 2.505,45</b>	
2.1	90777	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6	145,87	178,30	1.069,78	
2.2	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24	48,94	59,82	1.435,66	
<b>3</b>			<b>ESTRUTURA DOS BUEIROS</b>					<b>R\$ 39.595,53</b>	
3.1	705225	SICRO3	Boca de BSCC D = 1,50 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais	un	2	12.773,57	15.613,13	31.226,27	
3.2	C0107	SEINFRA	AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D=150cm	M	6	1.141,19	1.394,88	8.369,26	
							<b>Total sem BDI</b>	<b>287.493,66</b>	
							<b>Total do BDI</b>	<b>63.909,84</b>	
							<b>Total Geral</b>	<b>351.403,50</b>	

MARIA LUIZA OLIVEIRA LEMOS  
ARQUITETA E URBANISTA  
CAU/BA: A247936-2

ANEXO IV

BDI

I  
**Quadro de Composição do BDI 1**

	<b>PROPOSTANTE / TOMADOR</b> Prefeitura Municipal de Ibitiara	<b>Grau de Sigilo</b> #PUBLICO
<b>OBJETO</b> CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE IBITIARA/BA		
<b>TIPO DE OBRA DO EMPREENDIMENTO</b> Construção e Reforma de Edifícios		<b>DESONERAÇÃO</b> Não
Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:		40,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):		5,00%

Itens	Siglas	% Adotado	Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	AC	4,00%	-	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	SG	0,80%	-	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	R	1,27%	-	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	DF	1,23%	-	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	L	7,40%	-	6,16%	7,40%	8,96%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%	-	3,65%	3,65%	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,00%	-	0,00%	2,50%	5,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%	OK	0,00%	4,50%	4,50%
<b>BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)</b>	<b>BDI PAD</b>	<b>22,23%</b>	<b>OK</b>	<b>20,34%</b>	<b>22,12%</b>	<b>25,00%</b>

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI.PAD = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo para Construção e Reforma de Edifícios, é de 40%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

Ibitiara/BA  
Local



Responsável Técnico

Nome: MARIA LUIZA OLIVEIRA LEMOS  
Título: ARQUITETA E URBANISTA  
CREA/CAU: A247936-2/BA  
ART/RRT:

quinta-feira, 28 de maio de 2026

Data



Wilson dos Santos Souza  
Prefeito Municipal

Responsável Tomador  
Nome: Wilson dos Santos Souza  
Cargo: Prefeito Municipal

ANEXO V  
CURVA ABC

CURVA ABC - SERVIÇOS		BANCOS		B.D.I		Encargos Sociais				
		CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE IBITIARA/BA		SINAPI - 03/2026 - Bahia SICRO3 - 01/2026 - Bahia ORSE - 02/2026 - Sergipe SEINFRA - 028 - Ceará		22,23%		Não Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.		
Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)	
3.1	804457 SICRO3	Boca de BTTC D = 1,50 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas	un	8	R\$ 18.553,44	22.677,87	181.422,96	51,63%	51,63%	
3.2	C0107 SEINFRA	AQUISIÇÃO, ASSENT. E REJUNT. DE TUBO DE CONCRETO ARMADO D=150cm	M	78	R\$ 1.141,19	1.394,88	108.800,37	30,96%	82,59%	
3.1	705225 SICRO3	Boca de BSCC D = 1,50 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais	un	2	12.773,57	15.613,13	31.226,27	8,89%	91,48%	
2.2	90776 SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	139	R\$ 48,94	59,82	8.314,89	2,37%	93,84%	
1.1	51 ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	m²	18	R\$ 363,89	444,78	8.006,09	2,28%	96,12%	
1.2	11986 ORSE	Placa de inauguração em alumínio com Acrílico, 80x60cm,com logomarca e moldura	UN	3	R\$ 1.335,82	1.632,77	4.898,32	1,39%	97,51%	
1.4	93358 SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	34	R\$ 103,40	126,39	4.297,12	1,22%	98,74%	
2.1	90777 SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	24	R\$ 145,87	R\$ 178,30	4.279,13	1,22%	99,95%	
1.3	98525 SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS.AF_05/2018	m²	164	R\$ 0,79	0,97	158,36	0,05%	100,00%	
								100,00%		
								Total sem BDI	R\$ 261.946,52	
								Total do BDI	R\$ 89.456,98	
								Total Geral	R\$ 351.403,50	



MARIA LUIZA OLIVEIRA LEMOS  
ARQUITETA E URBANISTA  
CAU/BA: A247936-2

## ANEXO VI

Despacho – enquadramento  
como obra comum de engenharia



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



### ENQUADRAMENTO COMO OBRA COMUM DE ENGENHARIA

Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE ARTE CORRENTES EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE IBITIARA/BA

Considerando as características técnicas do objeto pretendido pela Administração Municipal;

Considerando que os serviços previstos possuem natureza comum, padronizada e rotineiramente executada no âmbito da engenharia civil;

Considerando que os métodos executivos, materiais e especificações técnicas podem ser objetivamente definidos por meio de padrões usuais de mercado;

Considerando que a execução não demanda soluções inovadoras, tecnologia exclusiva ou elevada complexidade técnica;

Considerando o disposto no art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021;

DECLARO que o objeto acima descrito enquadra-se como **OBRA COMUM DE ENGENHARIA**, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente especificados no Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos que instruem o processo.

Encaminhem-se os autos para prosseguimento dos procedimentos administrativos cabíveis.

Ibitiara-BA, 29 de abril de 2026.

  
**MARIA LUIZA OLIVEIRA LEMOS**  
ARQUITETA E URBANISTA  
CA/BA A247936-2

Página 1 de 1

ANEXO VII  
MEMORIAL DESCRITIVO

ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



**MEMORIAL DESCRITO PARA SUPRESSÃO DE 03 PONTOS  
CRÍTICOS EM ESTRADA VICINAL – POVOADO DE JUAZEIRO.**

**CONSTRUÇÃO DE 03 BUEIROS – BTTC- 1,50**

**LOCALIDADE: POVOADO JUAZEIRO**

**MUNICÍPIO: IBITIARA**

**TRECHO 01**



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIARA**  
CNPJ: 13.781.828/0001-76



TRECHO 02



TRECHO 03



ABRIL/2026

### APRESENTAÇÃO

Este Memorial Descritivo contém todos os serviços relacionados na visita técnica in loco, realizada pela equipe técnica deste município. Constam os serviços de Melhoramento de Estrada Vicinal em trecho de Estrada, Povoado de Juazeiro - Zona Rural de Ibitiara-BA.

A relação de subprojetos que será objeto de estudo da Estrada Vicinal são os seguintes:

- Subprojeto de Bueiro;
- Subprojeto Melhoria de Greide;

Os subprojetos de engenharia contribuirão para interligar a malha viária vicinal do município e garantirão as condições mínimas necessárias para o tráfego permanente durante todo o ano e principalmente no período de chuva.

#### 1 Trecho Levantado pela Equipe de Engenharia

Na Tabela 1 abaixo são demonstrados o trecho levantado pela equipe de engenharia durante as visitas técnicas em campo e as respectivas quantidades.

TRECHO	DESCRIÇÃO	Quant. (un)
1	Povoado de Juazeiro	1
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>

*Tabela 1: Trecho Levantado pela equipe de Engenharia*

- Quantidade de trecho levantado: 1 trecho.

---

**1. DADOS DO MUNICÍPIO**

---

---

---

## DADOS DO MUNICÍPIO

O município de Ibitiara localiza-se na Zona Fisiografia da Chapada Diamantina no Estado da Bahia. Faz limite com os municípios de Ibitipanga, Novo Horizonte, Brotas de Macaúbas, Seabra, Boquira, Oliveira dos Brejinhos e Boninal. Localiza-se a uma Altitude de 900m, Latitude de 12°39'00, e Longitude de 42°13'00. Está situada a 532 Km de distância da capital.

## HISTÓRICO

A História de Ibitiara teve início em fins do século XVIII, justamente quando os desbravadores portugueses aqui chegaram pela primeira vez em busca de ouro e pedras preciosas. Inicialmente eles se fixaram num pequeno povoado que atribuíram o nome de Remédios, por acreditarem que a água que ali jorrava da serra com abundância teria qualidades terapêuticas o que constituía um verdadeiro tesouro para os bandeirantes sedentos e cansados das longas viagens. Posteriormente, esse povoado de Remédios foi elevado à categoria de município sob a denominação de Remédios de Rio de Contas. Dentre os arraiais pertencentes ao município de Remédios houvera um que mais se destacou, e que posteriormente, recebeu a denominação de 'Arraial de Bom Sucesso', cujas terras formavam um sítio que fora adquirido em 1854, por Francisco Xavier Gomes e João Rodrigues, em nome do Conde da Ponte, tendo como procurador o senhor Rodrigues Pereira de Castro. Por volta do ano de 1925, sob as influências de políticos da época, e devido à descoberta de jazidas de ouro na região, mudou-se a sede do município para 'Bom sucesso'. Tendo em vista que o município recém criado não tinha autonomia, ou seja, não era possuidor de recursos próprios para se manter, foi incorporado nesta mesma época, ao município vizinho de Macaúbas. Anos mais tarde, através do Decreto nº 8.830, de 2 de março de 1934, o município de Bom Sucesso foi restaurado e voltou a ser autônomo. Por isso, essa data deve ser sempre lembrada como sendo a data da emancipação política do município. Em 1943, através do Decreto nº 141, de 31 de dezembro de 1943, a denominação de Bom Sucesso foi modificada para Ibitiara, nome indígena que significa **lbi = terra, tiara = áurea**, ou seja, ouro, significando **terra do ouro**.

A obra de Construção de Pavimentação em Paralelepípedo em Ruas do Município de Ibitiara, localizadas neste Município de Ibitiara – Bahia, a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Ibitiara com os recursos repassados pelo Estado, será realizada observando-se soluções de melhoramento da funcionalidade do espaço e estabelecendo-se padrões construtivos, em que se deve procurar a racionalização da obra, utilizando materiais de fácil manutenção e longevidade.

A referida obra será executada obedecendo rigorosamente as especificações da planilha orçamentária; bem como as indicações, recomendações e/ou exigências constantes das normas técnicas da ABNT, das concessionárias locais e dos catálogos dos fabricantes. Os casos omissos quanto às especificações e acabamentos serão determinados pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Ibitiara.

Poderão ser alteradas as especificações dos materiais nos acabamentos, durante a execução da obra, quando as mesmas forem necessárias ao atendimento dos aspectos técnicos, ou como decorrência da qualidade, segurança ou mesmo falta no mercado por terem sido deixados de ser fabricados, ou quando houver fusão de empresas resultando em nova marca, ou não houver disponibilidade junto ao mercado no momento de aquisição dos mesmos, substituindo por outro de igual ou superior qualidade, com o devido conhecimento e anuência da equipe técnica da Prefeitura Municipal de Ibitiara.

Alguns elementos de projetos, se necessitarem de maior detalhamento para execução, poderão ser apresentados durante as obras. Todos os materiais aplicados, serão de reconhecida qualidade junto ao mercado de materiais de construção.

Os padrões dos materiais de acabamento serão definidos por profissionais especializados, de maneira a se obter harmonia e bom gosto na caracterização final da unidade. A mudança de qualquer projeto, serviço ou material somente será admitida após autorização por escrito dos responsáveis técnicos dos projetos, juntando-se à mesma uma amostra para o devido exame e apresentando as razões determinantes do pedido

---

●

## 2. ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

●

---

## 2.1 Generalidades

Os estudos topográficos se desenvolveram utilizando um modelo simplificado, tendo como base as orientações das normas de serviços topográficos, aplicados à elaboração de bases topográficas para execução de projetos geométricos de vias. No entanto, observou-se a Norma NBR 13.133:1994 – Execução de levantamentos topográficos.

Todos os serviços de levantamento topográfico foram realizados por equipamento GPS (Geographical Positioning System), GPS - RTK i50 + Rover i73, Drone. Com auxílio de um GPS Gamin, modelo A20, foram cadastradas as informações de campo e posteriormente, com uso de uma base disponível no site do IBGE, realizou-se o pós-processamento com uso do software Auto Cad Civil 3D. A correção dos pontos qualifica a planimetria e altitude das informações cadastradas em campo.

## 2.2 Metodologia dos trabalhos

### 2.2.1 Levantamento cadastral

O levantamento cadastral foi gerado a partir dos pontos com cota obtidos com o auxílio de equipamento GPS - RTK i50 + Rover i73, com o levantamento de linha de eixo (pontos do terreno natural) das vias indicadas, de forma a propiciartodo o cadastro onde se propõe as intervenções.

Nos pontos críticos identificados e, a partir das coordenadas coletadas em campo, checados através dos estudos hidrológicos somados ao posicionamento em campo, foram levantadas seções transversais com medições de bordos, alturas, cercas, indicação de aguada, construções, postes e etc. O ponto crítico, foi definido em coordenadas com uso do GPS e juntamente com fotos, obteve-se o cadastro completo do ponto de intervenção.

---

---

---

### 2.2.2 Subprojeto Planialtimétrico

De posse das informações coletadas em campo, iniciou-se o processamento dos pontos que resulta em uma melhoria das precisões destes pontos em coordenadas X, Y e Z. Após esta operação, o software exporta o arquivo em formato .dxf, contendo linhas e pontos que serão desenhados com definição da via (bordos e eixos) e pontos críticos com cotas. O subprojeto geométrico foi desenvolvido sobre esta base, contendo planta e perfil do terreno no trecho e seu respectivo ponto crítico.

Os subprojetos topográficos foram georreferenciados e, o resultado final se encontra representado nos subprojetos de geometria e terraplenagem, este levantamento serviu de base para a elaboração dos mesmos.

2.3 Levantamento Topográfico do Pontilhão, O levantamento topográfico do pontilhão foi realizado por equipamento de **Estação Total e GPS - RTK i50 + Rover i73**, conforme Norma da ABNT NBR 13133:1994 - Execução de Levantamento Topográfico.

#### 2.3.1 Datum's utilizados

Os levantamentos tiveram como base o SGB (Sistema Geodésico Brasileiro), Datum Horizontal "SIRGAS 2000" e "SAD 69 CLÁSSICA". O Datum Vertical adotado é obtido do modelo geoidal oficial brasileiro adotado pelo IBGE e calculado com o software DATAGEOSYS e Auto Cad Civil 3D.

#### 2.3.2 Sistema Geodésico Brasileiro - SGB

Classicamente a geodésica tem sido definida, a partir de seus objetivos, como a ciência que se ocupa da determinação da forma, das dimensões e do campo gravitacional da Terra. O problema geodésico, de natureza físico-geométrica pode ser tratado como o da definição de um sistema de coordenadas em que fiquem caracterizados os pontos que descrevem da superfície física da Terra.

O sistema de coordenadas associado à família de pontos descritores denomina-se SISTEMA GEODÉSICO, sendo necessária, para se atingir os objetivos da Geodésia, a sua extensão a toda superfície da Terra.

---

---

*O Sistema Geodésico Brasileiro é definido a partir do conjunto de pontos geodésicos implantados na porção da superfície terrestre delimitada pela fronteira do país – pontos estes que são determinados por procedimentos operacionais e possuem suas coordenadas calculadas através de modelos geodésicos de precisão compatível com as finalidades a que se destinam.*

*Para o Sistema Geodésico Brasileiro, a imagem geométrica da Terra é definida pelo Elipsóide de Referência Internacional de 1967. O Referencial altimétrico coincide com a superfície equipotencial que contém o nível médio do mar, definido pelas observações maregráficas tomadas na baía de Imituba, no litoral do Estado de Santa Catarina.*

*O estabelecimento do Sistema Geodésico Brasileiro desenvolve-se tendo como objetivo contribuir para a solução do problema geodésico, sem, contudo, se descuidar dos aspectos aplicados, em que a preocupação maior é a referência para as atividades cartográficas. Os pontos geodésicos, subsidiariamente, suprem a comunidade técnica nacional das informações necessárias à condução dos assuntos públicos, principalmente as que permitem apoiar as grandes obras de engenharia tais como: sistemas de comunicação; transmissão de energia; barragens para geração de energia ou abastecimento de água, titulação de propriedades, dentre outras importantes.*

*O Sistema Geodésico Brasileiro integra o datum Sul-Americano de 1969 (SAD69), definido a partir dos parâmetros:*

*A - Figura geométrica para a Terra;*

- Elipsóide internacional de 1967*
- a (semi-eixo maior) = 6378160,000 m*
- f (achatamento) = 1/298,25*

*B - Orientação;*

- Geocêntrica;*

*Eixo de rotação paralelo ao eixo de rotação da Terra*

*Plano meridiano origem paralelo ao plano meridiano de GREENWICH*

- Topocêntrica;*

*No vértice CHUÁ de cadeia de triangulação do paralelo 23° S.*

*$\Phi = 12^{\circ} 45' 41,6527'' S$*

*$\lambda = 42^{\circ} 06' 04,0639'' W Gr$*

*$\alpha = 271^{\circ} 30' 04,05'' p/VT -$*

*$N = 0,0 m$*

---

### 2.3.3 Sistema Sirgas 2000

Sistema Geodésico de Referência: Sistema de Referência Terrestre Internacional - ITRS (International Terrestrial Reference System)

- Figura geométrica para a Terra: Elipsóide do Sistema Geodésico de Referência de 1980 (Geodetic Reference System 1980 - GRS80)

Semi-eixo maior  $a = 6.378.137$  m

Achatamento  $f = 1/298,257222101$

- Origem: Centro de massa da Terra

- Orientação:

Pólos e meridiano de referência consistentes em  $\pm 0,005''$  com as direções definidas pelo BIH (Bureau International de l'Heure), em 1984.0.

A seguir as tabela com os tipos de levantamento topográfico realizado em cada ponto e a ficha de campo:

JUAZEIRO - IBITIARA						
TRECHO	PONTO	LOCALIZAÇÃO (km)	OBRA PROJETADA	TIPO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	COORDENADAS UTM	
					LESTE	NORTE
1	1	Juazeiro	B TTC 1,50	GPS/RTK/ ESTAÇÃO TOTAL	785369.00 m E	8618802.00 m N
2	2	Juazeiro	B TTC 1,50	GPS/RTK/ ESTAÇÃO TOTAL	785843.00 m E	8618745.00 m N
3	3	Juazeiro	B TTC 1,50	GPS/RTK/ ESTAÇÃO TOTAL	787827.00 m E	8618576.00 m N

*Tabela : Tipo de levantamento topográfico*

---

**3. SUBPROJETO  
GEOMÉTRICO E  
TERRAPLENAGEM**

---

---

### 3.1 Introdução

Para a elaboração do subprojeto geométrico e terraplenagem foram considerados o aterro que deverá recobrir o bueiro. Para o bueiro capeado, o aterro deve ser definido pela altura da obra, com extensão média de 10m para cada lado da obra. Nas Obras de Arte Especiais que foram realizados o levantamento topográfico, avaliando os aspectos geométricos para atender a trafegabilidade com segurança.

#### 3.1.1 Critérios de projetos adotados:

- Limpeza do terreno com 1,0 m para cada lado além da plataforma e das áreas de empréstimos;
- Seção transversal da plataforma varia conforme a plataforma da pista existente;

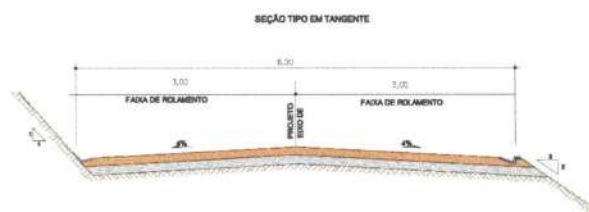


Figura 1: Seção tipo em tangente

- Declividade da seção transversal de 3,0%;
- Inclinação dos taludes: Corte 1:1 e Aterro 1: 2,5.

### 3.2 Concepção do Projeto

O subprojeto de terraplenagem foi desenvolvido com base nas informações provenientes do subprojeto Geométrico e do Levantamento Topográfico realizado conforme item descrito anteriormente de Estudos Topográficos, além da visita técnica "in loco".

O objetivo do referido subprojeto é garantir as larguras mínimas

---

necessárias de plataformas de terraplenagem suficiente para abrigar a implantação do projeto geométrico, respeitando-se as cotas propostas. Entretanto, não se deixando de observar uma solução que melhor viabilizasse o projeto de drenagem.

A implantação dos terraplenos projetados ocorrerá por processos mecanizados. Constará basicamente da abertura dos cortes, da execução dos aterros para a implantação da plataforma dimensionada neste projeto.

### 3.2.1 Execução do aterro - compactação - PMI

O processo de compactação no campo deverá seguir as normas ou especificações de serviço (Anexo B) do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

A sequência construtiva da compactação são resumidamente os seguintes:

- a) Lançamento e espalhamento do material com as unidades de transporte procurando-se obter, aproximadamente, a espessura solta adotada.
- b) Regularização da camada, utilizando-se a motoniveladora para o acerto da altura da camada solta, dentro dos limites impostos pelas especificações. Admite-se que a espessura da camada solta seja de 20 a 25% maior do que a altura final de camada, após a compactação.

### 3.2.2 Natureza do material a escavar

Após executada as prospecções e, conhecendo a natureza dos solos na inspeção visual conclui-se que o material de construção dos cortes é classificado como de 1º categoria.

### 3.2.3 Recomendação para a construção de aterros

Os Aterros serão executados conforme a norma do DNIT- 108/2009-ES e ocorrerão onde a implantação requerer o depósito de materiais proveniente de cortes e/ou jazidas para atingir as cotas previstas em projeto e dentro dos limites das seções de projeto, "off sets", que definem o corpo do terraplano.

### 3.2.4 As operações de aterro compreendem:

- a) Descarga, o espalhamento, o conveniente umedecimento ou aeração, e a compactação dos materiais oriundos do corte.
  
  - b) Descarga, o espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento
-

---

ou aeração, e a compactação dos materiais selecionados oriundos do corte, para a construção da camada final do aterro, até a cota correspondente do greide de terraplenagem. As condições a serem obedecidas para a compactação são objeto da norma DNIT-ES-141/2009.

### 3.2.5 Da execução:

Os solos para os aterros deverão ser isentos de matérias orgânicas, micácea e diatomácea. As turfas e as argilas orgânicas não poderão ser utilizadas.

Na execução do corpo dos aterros não será permitido o uso de solos que tenham baixa capacidade de suporte (CBR <2%) e expansão maior que 4%.

A espessura de cada camada compactada não deverá ultrapassar de 30 cm e, para as 3 camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar de 20 cm.

### 3.2.6 Recomendação para a construção de cortes

Os cortes serão executados conforme a norma do DNIT-ES-106/2009 e ocorrerão onde a implantação requerer a escavação do material constituinte do terreno natural ao longo da projeção da obra e dentro dos limites das seções de projeto, "off sets", que definem o corpo do terrapleno.

Recomenda-se que após a execução dos cortes, caso se verifique a existência de solos de baixa capacidade de suporte (CBR<2%) e/ou a existência de matérias orgânicas, micáceas e diatomácea, a sua substituição em camada não inferior a 60cm.

#### 4.2.6.1 As operações de cortes compreendem:

- a) Escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide da terraplanagem indicado no projeto;
  - b) Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada a ocorrência de rocha sã ou em decomposição, deve ser procedido o rebaixamento do greide, no mínimo de 40cm. No caso de solos com expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte (CBR<2%) ou orgânicos, o rebaixamento deve ser no mínimo de 60cm. Deve ser procedida, em seguida, a execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados os quais devem ser definidos
-

---

pela Fiscalização;

c) Transporte do material escavado para aterros ou bota-foras;

d) Retirada do material de má qualidade, se ocorrer, visando o preparo das fundações de aterro.

#### 4.2.6.2 Da execução dos cortes

Os materiais escavados serão transportados para os pontos de aterro, nos volumes necessários aos mesmos. No caso de materiais rejeitados ou excedentes, esses solos serão transportados para o mesmo bota-fora dos materiais provenientes da Supressão Vegetal, Destocamento e Limpeza.

Os segmentos que não atingirem as condições mínimas de compactação devem ser escarificados, homogeneizados, levados à umidade ótima e devidamente compactados. Os taludes dos cortes deverão apresentar, após a operação de terraplanagem, a inclinação indicada em projeto.

#### 4.2.6.3 Controle geométrico

O controle geométrico do acabamento da plataforma de aterro será procedido mecanicamente de forma a alcançar a conformação prevista no projeto, buscando manter as declividades necessárias para o bom funcionamento da drenagem.

### 3.3 Supressão Vegetal, destocamento e limpeza da área.

Os serviços de supressão vegetal, destocamento e limpeza, compreendem os serviços preliminares, conforme especificação DNIT-104/2009-ES, objetivam a remoção nas áreas destinadas a implantação do platô e do acesso de obstruções naturais e artificiais, porventura existentes, tais como: árvores, arbustos, tocos, raízes, entulhos estruturas de qualquer natureza.

---

**4. SUBPROJETO DE  
DRENAGEM**

---

---

---

#### 4.1 Introdução

O presente relatório apresenta o resumo dos estudos hidrológicos e o dimensionamento hidráulico dos dispositivos de drenagem com as informações essenciais para cada bacia estudada. O presente estudo seguiu as orientações definidas no Termo de Referência do projeto

O estudo trata do pré-dimensionamento dessa obra, cabe lembrar que os dispositivos podem sofrer alterações de acordo com o avanço do projeto e propostas das demais disciplinas, como por exemplo, os projetos geométricos e estruturais.

Foram analisados 3 PONTOS CRÍTICOS e indicadas as dimensões dos dispositivos.

#### 4.2 Descrição do sistema

A concepção do sistema de drenagem teve como premissa preservar os afluentes originados de cada bacia, com o objetivo de não alterar as suas vazões. Nos pontos de lançamento de afluentes foram dimensionados de forma a não impactar na população local e evitar erosão e ravinamentos nestes locais.

O sistema foi dimensionado de forma a proporcionar menores custos de implantação e facilidade de manutenção.

#### 4.3 Documentos de referência

Na elaboração dos estudos foram utilizados os elementos relacionados abaixo.

Dados pluviométricos e fluviométricos:

Os dados pluviométricos, de postos situados nas proximidades do trecho, e fluviométricos, de postos situados nos cursos d'água de interesse do projeto, foram obtidos dos bancos de dados:

<http://www.snirh.gov.br/hidroweb/>

Base de dados:

- Cartas Planialtimétricas de Santa Barbara e Feira de Santana, IBGE, na escala 1:100.000;

- 
- Dados de clima obtidos de bancos de dados digitais de diferentes instituições (ANA, INMET, INPE);
  - Informações Geoambientais - SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (<http://www.sei.ba.gov.br>).

Bibliografia técnica:

- Tucci, CEM. **Hidrologia: Ciência e Aplicação**. Coleção ABRH de Recursos Hídricos, v.4. Editora da Universidade, Porto Alegre, 2001;
- Netto, Azevedo. **Manual de Hidráulica**. Editora Blucher, 1998;
- **Manual de Hidrologia Básica para Estruturas de Drenagem** (IPR-715) do DNIT, de 2005;
- **Manual de Drenagem de Rodovias** (IPR-724) do DNIT, de 2006;
- **Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários** (IS-203) do DNIT.

Ferramentas computacionais:

- Google Earth;
- MS Excel;
- AutoCAD, AUTOCAD CIVIL 3D;
- QGIS e DATAGEOSYS;

---

#### 4.4 Aspectos gerais do Município

##### 4.4.1 Hidrografia e clima

O município de Ibitiara, localiza-se na Chapada Diamantina na microrregião de Boquira, e possui limite com os municípios de Novo Horizonte, Seabra, Boquira, Oliveira dos Brejinhos e Ibipitanga.

O município possui área de 1.834,002 km<sup>2</sup> e é composto por Quatro distritos: distrito sede, distrito de Mocambo, distrito de Lagoa do Dionizio e distrito de Olhos D'água do Seco.

O município caracteriza-se por possuir tipo climático semiárido e tem como principais corpos d'água: Corrego Mulungu, Corrego dos Frios, Riacho Olhos D'água, e Córrego São Domingos.

Variável climática	Valores médios anuais
Temperatura máxima (°C)	33
Temperatura média compensada (°C)	24
Temperatura mínima (°C)	12
Precipitação média anual (mm)	1075
Evaporação média anual (Piche) (mm)	1597
Umidade relativa do ar (mm)	100
Insolação total (horas)	2112

*Tabela 6: Variável climática - Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia*

Ressalta-se que os valores apresentados de médias e normais climatológicas são obtidos em função de uma ampla região, compreendendo determinadas estações em um período de observação específico, no caso da tabela acima, de 1981 a 2012.

---

---

#### 4.4.2 Pluviometria

As informações extraídas nas normais climatológicas se confirmam nos dados apresentados pela estação pluviométrica operada pelo INEMA. Os dados foram extraídos do site da ANA (Hidroweb). A estação mais próxima da área de estudo com dados coletados foi a estação de Lençóis. O gráfico abaixo apresenta os valores de Totais Mensais para a Estação de Lençóis:

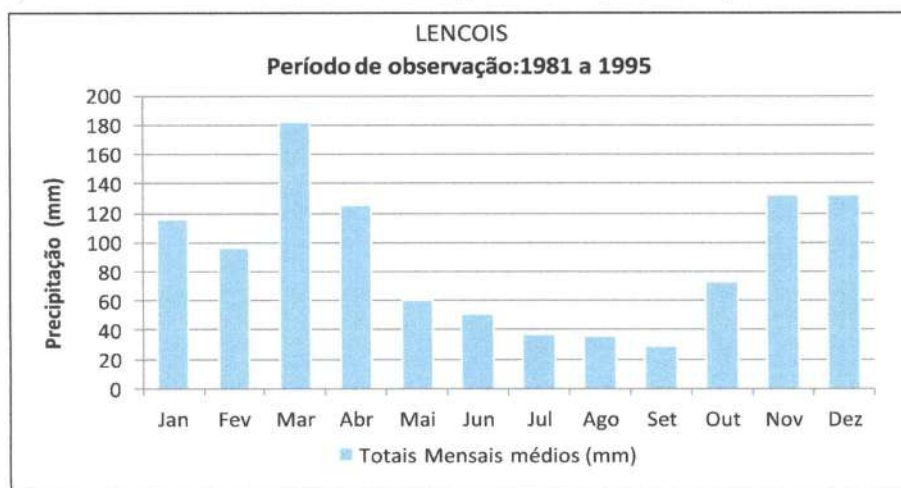


Gráfico 1: Precipitação x Totais Mensais Médios

Nota-se que o período chuvoso da região abrange os meses de março e abril, com precipitação média destes meses de aproximadamente 152 mm. Percebe-se a variabilidade pluviométrica com o período seco onde os meses de maio a setembro compreendem os meses mais secos com precipitação abaixo de 60mm. Estas informações são relevantes quando consideramos o período de seca para execução de obras, sendo o mais indicado devido à quantidade de dias sem chuva.

#### 4.5 Subprojeto de Drenagem

##### 4.5.1 Chuvas Intensas

As equações de chuva foram extraídas do software Pluvio 2.1 para a localidade de Ibitiara. Seus parâmetros são indicados nas equações a seguir. Sua utilização é indicada em cada ponto levantado.

A equação geral é descrita por "i" que é a intensidade da tormenta, TR é o tempo de retorno em anos; t é a duração do evento, em minutos; k, a, b e c são os coeficientes regionais da equação (apresentados no quadro abaixo).

Localidade	Coeficientes da Equação IDF			
Nome	k	a	b	c
IBITIARA	4197,593	0,192	32,427	1,04

Tabela 7: Coeficientes da Equação IDF

$$i = \frac{k \cdot TR^a}{(t + b)^c}$$

##### 4.5.2 Tempo de Recorrência

O TR específico do projeto considerou os seguintes fatores de risco, de acordo com o termo de referência do projeto:

Área da bacia de contribuição	Tipo de obra
A < 5,0 km <sup>2</sup>	10 anos (Bueiro Tubulares - BTTC) como canal e 25 anos como orifício
A < 5,0 km <sup>2</sup>	
5,0 km <sup>2</sup> < A < 10,0 km <sup>2</sup>	50 anos (Ponte e Galerias)
A ≥ 10,0 km <sup>2</sup>	

Tabela 8: Tempo de Recorrência.

##### 4.5.3 Tempo de Concentração

O tempo de duração crítica da tormenta que gera a vazão de projeto é igual ao tempo de concentração da bacia. O cálculo do tempo de concentração é definido por

$$t_c = 0,95 \cdot \left( \frac{L^3}{H} \right)^{0,385}$$

onde  $t_c$  é o tempo de concentração, em horas;  $L$  é o comprimento do talvegue, em Km;  $H$  é o desnível do talvegue principal desde a cabeceira até o exutório, em metros.

De acordo com literatura conceituada, o *Hydraulics Manual* do *Ministry of Transportation and Highways* adota um tempo mínimo de 15 minutos para área rural e de 10 minutos para área residencial. Já o *Hydraulic Manual* desenvolvido pelo *Washington State Department of Transportation* indica que o tempo de concentração deve ser superior a 5 minutos. Assim, para este estudo, tomando-se os estudos supracitados e projetos de magnitude similar, julga-se prudente adoção de tempo de concentração mínimo de 10 minutos.

#### 4.5.4 Potencial de escoamento superficial

De acordo com o método chuva-vazão utilizado o coeficiente pode ser Coeficiente de Escoamento (C), para o Método Racional, e o Coeficiente do Complexo Solo-Vegetação (CN), para o Método do Hidrograma Unitário Triangular (HUT).

A Tabela abaixo determina os valores de  $c$  e CN definido pelo Termo de Referência.

OROGRAFIA			1		2		3	
			PLANA		ONDULADA		MONTANHOSA	
CONDIÇÕES DE SUPERFÍCIE			C	CN	C	CN	C	CN
Terrenos Estéreis e Áreas Urbanizadas	Muito Permeáveis	A	0,10	50	0,20	55	0,30	65
	Permeáveis	B	0,20	55	0,30	60	0,40	70
	Semi Permeáveis	C	0,40	60	0,50	65	0,60	75
	Pouco Permeáveis	D	0,60-0,80	70	0,60-0,90	75	0,60-1,00	80
Cerrados, Pastagens e Matas Ralas	Muito Permeáveis	A	0,20	45	0,30	50	0,40	60
	Permeáveis	B	0,25	50	0,35	55	0,45	65
	Semi Permeáveis	C	0,30	60	0,40	60	0,50	70
	Pouco Permeáveis	D	0,40	65	0,50	70	0,60	75
Culturas e Pastagens Terraceadas	Muito Permeáveis	A	0,10	35	0,30	45	0,40	50
	Permeáveis	B	0,20	40	0,35	50	0,45	55
	Semi Permeáveis	C	0,30	50	0,40	60	0,50	60
	Pouco Permeáveis	D	0,40	60	0,50	65	0,60	70
Culturas Terraceadas	Muito Permeáveis	A	0,10	30	0,20	40	0,30	50
	Permeáveis	B	0,15	40	0,30	50	0,40	55
	Semi Permeáveis	C	0,20	50	0,40	55	0,50	60
	Pouco Permeáveis	D	0,40	60	0,50	65	0,60	70

Tabela 9: Estudo do Relevô

Sendo:

A = "Loess" em camadas espessas;

B = "Loess" em camadas rasas e areias;

C = Solos Siltosos e Argilosos;

D = Solos com argilas expansivas e pavimentos.

Para este município adotaram-se Coeficientes de Escoamento (Run-off) e Coeficientes do Complexo Solo-Vegetação (Curve Number) iguais para cada ponto, pois, suas bacias de contribuição possuem características similares. Ou seja, identificou-se que as bacias de contribuição são montanhosas com presença de culturas e pastagens terraceadas com condição de superfície permeável.

Assim, utilizou-se coeficiente coincidente de Run-off igual a 0,45 e Curve Number igual a 55 para cálculo da vazão afluyente a cada ponto crítico.

#### 4.5.5 Metodologia de cálculo de descargas

As vazões de projeto foram calculadas de acordo com o critério de área de drenagem, conforme apresenta o quadro abaixo.

Porte da bacia	Área de drenagem	Método de cálculo
Pequenas bacias	Bacias até 1,0 km <sup>2</sup>	Método Racional
Bacias intermediárias	Bacias entre 1,0 km <sup>2</sup> e 10,0 km <sup>2</sup>	Método Racional acrescido de coeficiente de retardo
Grandes bacias	Bacias acima de 10,0 km <sup>2</sup>	Método do Hidrograma Unitário Triangular (HUT) ou análise estatísticas de vazões máximas observadas

Tabela 10: Porte da bacia

#### **Método Racional (MR)**

O método racional baseia-se nas seguintes hipóteses:

- Precipitação uniforme sobre toda a bacia;
- Precipitação uniforme na duração da chuva;
- A intensidade da chuva é constante;

- O coeficiente de escoamento superficial é constante;
- A vazão máxima ocorre quando toda a bacia está contribuindo;

A vazão de projeto obtida pelo método Racional segue a seguinte equação:

$$Q = 0,278 C.I.A$$

Onde Q é descarga de projeto, em m<sup>3</sup>/s; C é o coeficiente adimensional de escoamento superficial (*runoff*); I é a intensidade média da precipitação sobre a bacia; A é a área de bacia drenada, em km<sup>2</sup>; 0,278 é o fator de conversão de unidades;

#### **Método Racional Corrigido (MRC)**

A fórmula do Método Racional geralmente leva ao superdimensionamento das obras de drenagem para bacias de médio e grande porte. Para o dimensionamento mais criterioso dos elementos em questão, corrige-se as vazões afluentes calculadas utilizando-se o coeficiente de retardo adimensional (r), que visa a correção da precipitação pontual para a precipitação uniformemente distribuída pela área, adotando-se a Equação:

$$r = \frac{1}{n\sqrt{100A}}$$

onde:

A = área da bacia em Km<sup>2</sup> ;

n = 4 (para bacias de declividade média < 0,5%) ;

n = 5 (para bacias de declividade média ≥ 0,5% e < 1,0%) ;

n = 6 (para bacias de declividade média ≥ 1,0%) ;

Portanto, a fórmula adotada para o cálculo de vazões, pelo Método Racional Corrigido, é:

$$Q = 0,278 C.I.A.r$$

#### **Método do Hidrograma Unitário Triangular (HUT)**

O HUT é obtido com base nas características físicas da bacia. A vazão de pico do hidrograma é obtida por:

$$Q_p = \frac{0,208 \cdot A \cdot Pe}{t_p}$$

Onde Q<sub>p</sub> é a descarga de projeto (m<sup>3</sup>/s); A é a área da bacia drenada

(km<sup>2</sup>);  $P_e$  é o excesso de chuva efetivamente escoada (mm);  $t_p$  é o tempo de pico (h); 0,208 é um fator adimensional de armazenamento e conversão de unidades.

A precipitação efetiva  $P_e$  (mm) é obtida com base na fórmula proposta pelo "US Soil Conservation Service" que com suas unidades ajustadas ao sistema métrico, apresenta a seguinte forma:

$$P_e = \frac{(P - (5080/CN - 50,80))^2}{P + (20320/CN - 203,2)}$$

Onde  $P$  é a precipitação para uma duração  $D$  (mm);  $CN$  é o número de deflúvio representativo para o complexo hidrológico solo-vegetação, de acordo com as tabelas do método do SCS.

A duração da precipitação (h) e o tempo de pico do HTS (h) são obtidos em função do tempo de concentração, respectivamente, por:

$$D = 2 \cdot \sqrt{t_c}$$

$$t_p = \sqrt{t_c} + 0,6 \cdot t_c$$

A representação do hidrograma, preconizados na teoria do hidrograma triangular sintético do U.S. Soil Conservation Service (SCS), para uma altura pluviométrica de 1 mm, é ilustrada na figura abaixo.

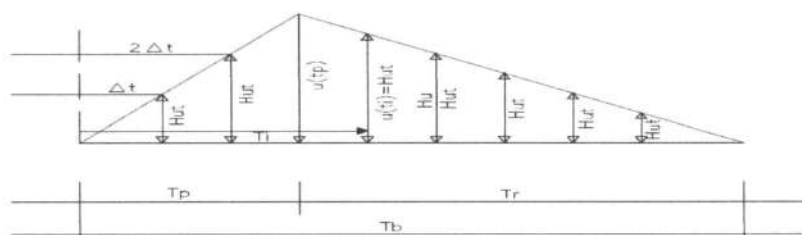


Figura 2: Esquema de representação do hidrograma do método HUT

Os parâmetros do modelo do SCS são expressos matematicamente por:

- Tempo de pico (h):  $t_p = D/2 + 0,6 t_c$
- Tempo de retorno (h):  $t_r = 1,67 \cdot t_p$
- Duração unitária (h):  $D_u$  ou  $\Delta t = 0,20 \cdot t_c$
- Tempo de base (h):  $t_b = 2,67 \cdot t_p$

---

➤ Vazão de pico (m<sup>3</sup>/s/mm):  $Q_p = 0,208.A/tp$

O hidrograma de projeto é obtido pela equação de convolução:

$$Q_t = \sum_{i=j}^t P e_i \cdot q_{t-i+1}$$

Onde  $Q_t$  é a vazão (m<sup>3</sup>/s) no tempo  $t$  (horas);  $P e_i$  é a precipitação efetiva (mm) no intervalo  $i$  e  $q$  é a ordenada do hidrograma unitário (m<sup>3</sup>/s/mm). A precipitação efetiva é obtida pelo método do SCS descrito no item anterior.

A vazão de projeto é equivalente à vazão máxima (pico) do hidrograma resultante da convolução.

#### 4.6 Precipitação e vazões das Bacias Hidrográficas

A bacia hidrográfica de uma seção de um curso d'água é a área geográfica coletora de água de chuva que, escoando pela superfície do solo atinge a seção considerada.

As áreas das bacias foram determinadas por cartas cartográficas, dimensionadas as sub-bacias contribuintes para os dispositivos de drenagem. Estas áreas são as apresentadas na imagem a seguir:

**BACIAS HIDROGRÁFICAS – IBITIARA**

• **PLANTA GERAL**



*Figura 3: Bacias hidrográficas*

---

#### 4.7 Dimensionamento Hidráulico

Para o presente estudo foi considerada a transposição de talvegues por bueiros. Os critérios adotados para o desenvolvimento do estudo, apresentados neste relatório, estão de acordo com a Instrução de Serviço, IS-210 e com o Manual de Drenagem de Rodovias, do DNIT.

Os bueiros foram dimensionados admitindo-se que eles trabalhem como canais ou como orifícios, para os TR's indicados anteriormente, considerando que tais obras funcionam em regime crítico, onde a menor quantidade de energia é despendida. Seguiram-se as premissas descritas no Manual de drenagem de rodovias do DNIT para as obras.

Foram sugeridas dimensões mínimas para os dispositivos, uma vez que sua geometria pode ser alterada de acordo com a necessidade in loco, por exemplo, quando não há altura de aterro suficiente para um bueiro e se tem folga na largura. Também se deve levar em consideração a relação econômica, quando uma obra pode ser mais barata e com eficiência hidráulica igual ou superior, como os casos em que há substituição de um bueiro capeado triplo por uma ponte.

Tipo	Base (m) x Altura (m)	Área molhada crítica (m <sup>2</sup> )	Vazão crítica (m <sup>3</sup> /s)	Velocidade crítica (m/s)	Declividade crítica (%)
B TTC	1,50	10,00	28,93	3,62	0,62

*Tabela 13: Bueiro Capeado trabalhando como Canal.*

A escolha das seções, das obras de arte estudadas, deve ser feita de acordo com a fórmula de Manning, apresentada na Equação, calculando-se a vazão para a velocidade máxima de 6,0 m/s.

$$Q = \frac{1}{n} A \cdot R_H^{2/3} \cdot \sqrt{i}$$

Onde Q é a vazão (m<sup>3</sup>/s); n é o coeficiente de rugosidade de Manning (adimensional); A é a área molhada (km<sup>2</sup>); R<sub>H</sub> é o raio hidráulico (m); i é a declividade (m/m).

Conforme o Manual de Drenagem de Rodovias desenvolvido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, especifica-se, na página 200, que para número de Froude abaixo de 1,7 não deve haver preocupações no que tange as bacias de amortecimento ou dissipadores localizados. Para os pontos críticos estudados o número de Froude máximo encontrado equivale a 1,03. Ou seja, é dispensável o uso de dissipador e outras medidas protetivas.

Todavia, segundo o documento "Diretrizes de projeto para bueiros-DP-H11", confeccionado pela Prefeitura do Município de São Paulo, página 259, o uso de bocas de bueiro é indicado para proteção do aterro contra erosões. Indicando que as bocas de bueiro funcionam também como dissipador de energia, uma vez que possuem perda de carga localizada.

Assim, assume-se que as estruturas projetadas estão a favor da segurança no que se refere à proteção contra erosão do solo e taludes.

---

#### 4.8 Casos Particulares

Os casos particulares são atribuídos a uma situação específica do local e solicitados pelo contratante. Cabe esclarecer que estes casos poderão exigir critérios diferentes dos apresentados no Termo de Referência, com a necessidade de aprovação do órgão.

Ressalta-se que na região, de forma geral, há presença de bacias de retenção nas áreas de contribuição. As bacias de retenção têm sido muito usadas comumente em zonas rurais como meio de armazenamento de água para fins agropecuários. Elas auxiliam para evitar perturbações à jusante, reduzem a carga de contaminante do rio, controlam a erosão, melhoraram a paisagem, criam espaço recreativo e de lazer, recarregam os aquíferos, entre outras aplicações.

As bacias de armazenamento reduzem o pico de escoamento, assim, para o cálculo de transformação chuva-vazão no hidrograma, visando-se considerar a atuação destas bacias, utilizou-se como metodologia o uso de coeficiente de escoamento compatível com maior infiltração da precipitação no solo, ou seja, menor escoamento. Esta medida permitiu a redução do pico de vazão para pontos cujas bacias de contribuição possuem volumes de retenção.



---

**Maria Luiza Oliveira Lemos** – Arquiteta e Urbanista

CAU/BA nº A247936-2



---

**José Anfilóbio de Menezes** – Agrimensor/Tecnico em Edificações

CRT/BA nº 1841439088-9

---



**MEMORIAL DESCRITO PARA SUPRESSÃO DE 01 PONTO CRÍTICO EM ESTRADA VICINAL – ESTRADA VIA POVOADO DE CALDEIRÃO.**

**CONSTRUÇÃO DE BUEIRO – BTTC- 1,50**

**LOCALIDADE: ESTRADA VIA POVOADO DE CALDEIRÃO**

**MUNICÍPIO: IBITIARA**



**ABRIL/2026**

### APRESENTAÇÃO

Este Memorial Descritivo contém todos os serviços relacionados na visita técnica in loco, realizada pela equipe técnica deste município. Constam os serviços de Melhoramento de Estrada Vicinal em trecho de Estrada, via Povoado de Caldeirão.

A relação de subprojetos que será objeto de estudo da Estrada Vicinal são os seguintes:

- Subprojeto de Bueiro;
- Subprojeto Melhoria de Greide;

Os subprojetos de engenharia contribuirão para interligar a malha viária vicinal do município e garantirão as condições mínimas necessárias para o tráfego permanente durante todo o ano e principalmente no período de chuva.

#### 1 Trecho Levantado pela Equipe de Engenharia

Na Tabela 1 abaixo são demonstrados o trecho levantado pela equipe de engenharia durante as visitas técnicas em campo e as respectivas quantidades.

TRECHO	DESCRIÇÃO	Quant. (un)
1	Estrada via Povoado de Caldeirão	1
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>

*Tabela 1: Trecho Levantado pela equipe de Engenharia*

- Quantidade de trecho levantado: 1 trecho.

---

# 1. DADOS DO MUNICÍPIO

---

---

---

## DADOS DO MUNICÍPIO

O município de Ibitiara localiza-se na Zona Fisiografia da Chapada Diamantina no Estado da Bahia. Faz limite com os municípios de Ibitipanga, Novo Horizonte, Brotas de Macaúbas, Seabra, Boquira, Oliveira dos Brejinhos e Boninal. Localiza-se a uma Altitude de 900m, Latitude de 12°39'00, e Longitude de 42°13'00. Está situada a 532 Km de distância da capital.

## HISTÓRICO

A História de Ibitiara teve início em fins do século XVIII, justamente quando os desbravadores portugueses aqui chegaram pela primeira vez em busca de ouro e pedras preciosas. Inicialmente eles se fixaram num pequeno povoado que atribuíram o nome de Remédios, por acreditarem que a água que ali jorrava da serra com abundância teria qualidades terapêuticas o que constituía um verdadeiro tesouro para os bandeirantes sedentos e cansados das longas viagens. Posteriormente, esse povoado de Remédios foi elevado à categoria de município sob a denominação de Remédios de Rio de Contas. Dentre os arraiais pertencentes ao município de Remédios houvera um que mais se destacou, e que posteriormente, recebera a denominação de 'Arraial de Bom Sucesso', cujas terras formavam um sítio que fora adquirido em 1854, por Francisco Xavier Gomes e João Rodrigues, em nome do Conde da Ponte, tendo como procurador o senhor Rodrigues Pereira de Castro. Por volta do ano de 1925, sob as influências de políticos da época, e devido à descoberta de jazidas de ouro na região, mudou-se a sede do município para 'Bom sucesso'. Tendo em vista que o município recém criado não tinha autonomia, ou seja, não era possuidor de recursos próprios para se manter, foi incorporado nesta mesma época, ao município vizinho de Macaúbas. Anos mais tarde, através do Decreto nº 8.830, de 2 de março de 1934, o município de Bom Sucesso foi restaurado e voltou a ser autônomo. Por isso, essa data deve ser sempre lembrada como sendo a data da emancipação política do município. Em 1943, através do Decreto nº 141, de 31 de dezembro de 1943, a denominação de Bom Sucesso foi modificada para Ibitiara, nome indígena que significa **Ibi = terra, tiara = áurea**, ou seja, ouro, significando **terra do ouro**.

A obra de Construção de Pavimentação em Paralelepípedo em Ruas do Município de Ibitiara, localizadas neste Município de Ibitiara – Bahia, a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Ibitiara com os recursos repassados pelo Estado, será realizada observando-se soluções de melhoramento da funcionalidade do espaço e estabelecendo-se padrões construtivos, em que se deve procurar a racionalização da obra, utilizando materiais de fácil manutenção e longevidade.

A referida obra será executada obedecendo rigorosamente as especificações da planilha orçamentária; bem como as indicações, recomendações e/ou exigências constantes das normas técnicas da ABNT, das concessionárias locais e dos catálogos dos fabricantes. Os casos omissos quanto às especificações e acabamentos serão determinados pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Ibitiara.

Poderão ser alteradas as especificações dos materiais nos acabamentos, durante a execução da obra, quando as mesmas forem necessárias ao atendimento dos aspectos técnicos, ou como decorrência da qualidade, segurança ou mesmo falta no mercado por terem sido deixados de ser fabricados, ou quando houver fusão de empresas resultando em nova marca, ou não houver disponibilidade junto ao mercado no momento de aquisição dos mesmos, substituindo por outro de igual ou superior qualidade, com o devido conhecimento e anuência da equipe técnica da Prefeitura Municipal de Ibitiara.

Alguns elementos de projetos, se necessitarem de maior detalhamento para execução, poderão ser apresentados durante as obras. Todos os materiais aplicados, serão de reconhecida qualidade junto ao mercado de materiais de construção.

Os padrões dos materiais de acabamento serão definidos por profissionais especializados, de maneira a se obter harmonia e bom gosto na caracterização final da unidade. A mudança de qualquer projeto, serviço ou material somente será admitida após autorização por escrito dos responsáveis técnicos dos projetos, juntando-se à mesma uma amostra para o devido exame e apresentando as razões determinantes do pedido

---

- **2. ESTUDOS TOPOGRÁFICOS**
-

---

## 2.1 Generalidades

Os estudos topográficos se desenvolveram utilizando um modelo simplificado, tendo como base as orientações das normas de serviços topográficos, aplicados à elaboração de bases topográficas para execução de projetos geométricos de vias. No entanto, observou-se a Norma NBR 13.133:1994 – Execução de levantamentos topográficos.

Todos os serviços de levantamento topográfico foram realizados por equipamento GPS (Geographical Positioning System), GPS - RTK i50 + Rover i73, Drone. Com auxílio de um GPS Gamin, modelo A20, foram cadastradas as informações de campo e posteriormente, com uso de uma base disponível no site do IBGE, realizou-se o pós-processamento com uso do software Auto Cad Civil 3D. A correção dos pontos qualifica a planimetria e altitude das informações cadastradas em campo.

## 2.2 Metodologia dos trabalhos

### 2.2.1 Levantamento cadastral

O levantamento cadastral foi gerado a partir dos pontos com cota obtidos com o auxílio de equipamento GPS - RTK i50 + Rover i73, com o levantamento de linha de eixo (pontos do terreno natural) das vias indicadas, de forma a propiciar todo o cadastro onde se propõe as intervenções.

Nos pontos críticos identificados e, a partir das coordenadas coletadas em campo, checados através dos estudos hidrológicos somados ao posicionamento em campo, foram levantadas seções transversais com medições de bordos, alturas, cercas, indicação de aguada, construções, postes e etc. O ponto crítico, foi definido em coordenadas com uso do GPS e juntamente com fotos, obteve-se o cadastro completo do ponto de intervenção.

---

---

---

### 2.2.2 Subprojeto Planialtimétrico

De posse das informações coletadas em campo, iniciou-se o processamento dos pontos que resulta em uma melhoria das precisões destes pontos em coordenadas X, Y e Z. Após esta operação, o software exporta o arquivo em formato .dxf, contendo linhas e pontos que serão desenhados com definição da via (bordos e eixos) e pontos críticos com cotas. O subprojeto geométrico foi desenvolvido sobre esta base, contendo planta e perfil do terreno no trecho e seu respectivo ponto crítico.

Os subprojetos topográficos foram georreferenciados e, o resultado final se encontra representado nos subprojetos de geometria e terraplenagem, este levantamento serviu de base para a elaboração dos mesmos.

2.3 Levantamento Topográfico do Pontilhão, O levantamento topográfico do pontilhão foi realizado por equipamento de **Estação Total e GPS - RTK i50 + Rover i73**, conforme Norma da ABNT NBR 13133:1994 - Execução de Levantamento Topográfico.

#### 2.3.1 Datum's utilizados

Os levantamentos tiveram como base o SGB (Sistema Geodésico Brasileiro), Datum Horizontal "SIRGAS 2000" e "SAD 69 CLÁSSICA". O Datum Vertical adotado é obtido do modelo geoidal oficial brasileiro adotado pelo IBGE e calculado com o software DATAGEOSYS e Auto Cad Civil 3D.

#### 2.3.2 Sistema Geodésico Brasileiro - SGB

Classicamente a geodésica tem sido definida, a partir de seus objetivos, como a ciência que se ocupa da determinação da forma, das dimensões e do campo gravitacional da Terra. O problema geodésico, de natureza físico-geométrica pode ser tratado como o da definição de um sistema de coordenadas em que fiquem caracterizados os pontos que descrevem da superfície física da Terra.

O sistema de coordenadas associado à família de pontos descritores denomina-se SISTEMA GEODÉSICO, sendo necessária, para se atingir os objetivos da Geodésia, a sua extensão a toda superfície da Terra.

---

---

*O Sistema Geodésico Brasileiro é definido a partir do conjunto de pontos geodésicos implantados na porção da superfície terrestre delimitada pela fronteira do país – pontos estes que são determinados por procedimentos operacionais e possuem suas coordenadas calculadas através de modelos geodésicos de precisão compatível com as finalidades a que se destinam.*

*Para o Sistema Geodésico Brasileiro, a imagem geométrica da Terra é definida pelo Elipsóide de Referência Internacional de 1967. O Referencial altimétrico coincide com a superfície equipotencial que contém o nível médio do mar, definido pelas observações maregráficas tomadas na baía de Imbituba, no litoral do Estado de Santa Catarina.*

*O estabelecimento do Sistema Geodésico Brasileiro desenvolve-se tendo como objetivo contribuir para a solução do problema geodésico, sem, contudo, se descuidar dos aspectos aplicados, em que a preocupação maior é a referência para as atividades cartográficas. Os pontos geodésicos, subsidiariamente, suprem a comunidade técnica nacional das informações necessárias à condução dos assuntos públicos, principalmente as que permitem apoiar as grandes obras de engenharia tais como: sistemas de comunicação; transmissão de energia; barragens para geração de energia ou abastecimento de água, titulação de propriedades, dentre outras importantes.*

*O Sistema Geodésico Brasileiro integra o datum Sul-Americano de 1969 (SAD69), definido a partir dos parâmetros:*

*A - Figura geométrica para a Terra;*

- Elipsóide internacional de 1967*
- a (semi-eixo maior) = 6378160,000 m*
- f (achatamento) = 1/298,25*

*B - Orientação;*

- Geocêntrica;*

*Eixo de rotação paralelo ao eixo de rotação da Terra*

*Plano meridiano origem paralelo ao plano meridiano de GREENWICH*

- Topocêntrica;*

*No vértice CHUÁ de cadeia de triangulação do paralelo 23° S.*

*$\Phi = 12^{\circ} 45' 41,6527'' S$*

*$\lambda = 42^{\circ} 06' 04,0639'' W Gr$*

*$\alpha = 271^{\circ} 30' 04,05'' p/VT -$*

*$N = 0,0 m$*

---

### 2.3.3 Sistema Sirgas 2000

Sistema Geodésico de Referência: Sistema de Referência Terrestre Internacional - ITRS (International Terrestrial Reference System)

➤ Figura geométrica para a Terra: Elipsóide do Sistema Geodésico de Referência de 1980 (Geodetic Reference System 1980 - GRS80)

Semi-eixo maior  $a = 6.378.137$  m

Achatamento  $f = 1/298,257222101$

➤ Origem: Centro de massa da Terra

➤ Orientação:

Pólos e meridiano de referência consistentes em  $\pm 0,005''$  com as direções definidas pelo BIH (Bureau International de l'Heure), em 1984.0.

A seguir as tabela com os tipos de levantamento topográfico realizado em cada ponto e a ficha de campo:

ESTRADA VIA POVOADO DE CALDEIRÃO - IBITIARA						
TRECHO	PONTO	LOCALIZAÇÃO	OBRA PROJETADA	TIPO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	COORDENADAS UTM	
					LESTE	NORTE
1	1	ESTRADA CALDEIRÃO	B TTC 1,50	GPS/RTK/ ESTAÇÃO TOTAL	778919.00 m E	8616400.00 m N

*Tabela : Tipo de levantamento topográfico*

---

**3. SUBPROJETO  
GEOMÉTRICO E  
TERRAPLENAGEM**

---

---

### 3.1 Introdução

Para a elaboração do subprojeto geométrico e terraplenagem foram considerados o aterro que deverá recobrir o bueiro. Para o bueiro capeado, o aterro deve ser definido pela altura da obra, com extensão média de 10m para cada lado da obra. Nas Obras de Arte Especiais que foram realizados o levantamento topográfico, avaliando os aspectos geométricos para atender a trafegabilidade com segurança.

#### 3.1.1 Critérios de projetos adotados:

- Limpeza do terreno com 1,0 m para cada lado além da plataforma e das áreas de empréstimos;
- Seção transversal da plataforma varia conforme a plataforma da pista existente;

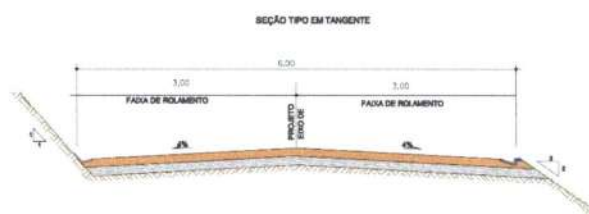


Figura 1: Seção tipo em tangente

- Declividade da seção transversal de 3,0%;
- Inclinação dos taludes: Corte 1:1 e Aterro 1: 2,5.

### 3.2 Concepção do Projeto

O subprojeto de terraplenagem foi desenvolvido com base nas informações provenientes do subprojeto Geométrico e do Levantamento Topográfico realizado conforme item descrito anteriormente de Estudos Topográficos, além da visita técnica "in loco".

O objetivo do referido subprojeto é garantir as larguras mínimas

---

necessárias de plataformas de terraplenagem suficiente para abrigar a implantação do projeto geométrico, respeitando-se as cotas propostas. Entretanto, não se deixando de observar uma solução que melhor viabilizasse o projeto de drenagem.

A implantação dos terraplenos projetados ocorrerá por processos mecanizados. Constará basicamente da abertura dos cortes, da execução dos aterros para a implantação da plataforma dimensionada neste projeto.

### 3.2.1 Execução do aterro - compactação - PMI

O processo de compactação no campo deverá seguir as normas ou especificações de serviço (Anexo B) do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

A sequência construtiva da compactação são resumidamente os seguintes:

- a) Lançamento e espalhamento do material com as unidades de transporte procurando-se obter, aproximadamente, a espessura solta adotada.
- b) Regularização da camada, utilizando-se a motoniveladora para o acerto da altura da camada solta, dentro dos limites impostos pelas especificações. Admite-se que a espessura da camada solta seja de 20 a 25% maior do que a altura final de camada, após a compactação.

### 3.2.2 Natureza do material a escavar

Após executada as prospecções e, conhecendo a natureza dos solos na inspeção visual conclui-se que o material de construção dos cortes é classificado como de 1º categoria.

### 3.2.3 Recomendação para a construção de aterros

Os Aterros serão executados conforme a norma do DNIT- 108/2009-ES e ocorrerão onde a implantação requerer o depósito de materiais proveniente de cortes e/ou jazidas para atingir as cotas previstas em projeto e dentro dos limites das seções de projeto, "off sets", que definem o corpo do terraplano.

### 3.2.4 As operações de aterro compreendem:

- a) Descarga, o espalhamento, o conveniente umedecimento ou aeração, e a compactação dos materiais oriundos do corte.
  - b) Descarga, o espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento
-

---

ou aeração, e a compactação dos materiais selecionados oriundos do corte, para a construção da camada final do aterro, até a cota correspondente do greide de terraplenagem. As condições a serem obedecidas para a compactação são objeto da norma DNIT-ES-141/2009.

#### 3.2.5 Da execução:

Os solos para os aterros deverão ser isentos de matérias orgânicas, micácea e diatomácea. As turfas e as argilas orgânicas não poderão ser utilizadas.

Na execução do corpo dos aterros não será permitido o uso de solos que tenham baixa capacidade de suporte (CBR <2%) e expansão maior que 4%.

A espessura de cada camada compactada não deverá ultrapassar de 30 cm e, para as 3 camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar de 20 cm.

#### 3.2.6 Recomendação para a construção de cortes

Os cortes serão executados conforme a norma do DNIT-ES-106/2009 e ocorrerão onde a implantação requerer a escavação do material constituinte do terreno natural ao longo da projeção da obra e dentro dos limites das seções de projeto, "off sets", que definem o corpo do terraplano.

Recomenda-se que após a execução dos cortes, caso se verifique a existência de solos de baixa capacidade de suporte (CBR<2%) e/ou a existência de matérias orgânicas, micáceas e diatomácea, a sua substituição em camada não inferior a 60cm.

#### 4.2.6.1 As operações de cortes compreendem:

- a) Escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide da terraplanagem indicado no projeto;
  - b) Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada a ocorrência de rocha sã ou em decomposição, deve ser procedido o rebaixamento do greide, no mínimo de 40cm. No caso de solos com expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte (CBR<2%) ou orgânicos, o rebaixamento deve ser no mínimo de 60cm. Deve ser procedida, em seguida, a execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados os quais devem ser definidos
-

---

pela Fiscalização;

c) Transporte do material escavado para aterros ou bota-foras;

d) Retirada do material de má qualidade, se ocorrer, visando o preparo das fundações de aterro.

#### 4.2.6.2 Da execução dos cortes

Os materiais escavados serão transportados para os pontos de aterro, nos volumes necessários aos mesmos. No caso de materiais rejeitados ou excedentes, esses solos serão transportados para o mesmo bota-fora dos materiais provenientes da Supressão Vegetal, Destocamento e Limpeza.

Os segmentos que não atingirem as condições mínimas de compactação devem ser escarificados, homogeneizados, levados à umidade ótima e devidamente compactados. Os taludes dos cortes deverão apresentar, após a operação de terraplanagem, a inclinação indicada em projeto.

#### 4.2.6.3 Controle geométrico

O controle geométrico do acabamento da plataforma de aterro será procedido mecanicamente de forma a alcançar a conformação prevista no projeto, buscando manter as declividades necessárias para o bom funcionamento da drenagem.

### 3.3 Supressão Vegetal, destocamento e limpeza da área.

Os serviços de supressão vegetal, destocamento e limpeza, compreendem os serviços preliminares, conforme especificação DNIT-104/2009-ES, objetivam a remoção nas áreas destinadas a implantação do platô e do acesso de obstruções naturais e artificiais, porventura existentes, tais como: árvores, arbustos, tocos, raízes, entulhos estruturas de qualquer natureza.

---

**4. SUBPROJETO DE  
DRENAGEM**

---

---

---

#### 4.1 Introdução

O presente relatório apresenta o resumo dos estudos hidrológicos e o dimensionamento hidráulico dos dispositivos de drenagem com as informações essenciais para cada bacia estudada. O presente estudo seguiu as orientações definidas no Termo de Referência do projeto

O estudo trata do pré-dimensionamento dessa obra, cabe lembrar que os dispositivos podem sofrer alterações de acordo com o avanço do projeto e propostas das demais disciplinas, como por exemplo, os projetos geométricos e estruturais.

Foram analisados 1 PONTO CRÍTICO e indicadas as dimensões dos dispositivos.

#### 4.2 Descrição do sistema

A concepção do sistema de drenagem teve como premissa preservar os afluentes originados de cada bacia, com o objetivo de não alterar as suas vazões. Nos pontos de lançamento de afluentes foram dimensionados de forma a não impactar na população local e evitar erosão e ravinações nestes locais.

O sistema foi dimensionado de forma a proporcionar menores custos de implantação e facilidade de manutenção.

#### 4.3 Documentos de referência

Na elaboração dos estudos foram utilizados os elementos relacionados abaixo.

Dados pluviométricos e fluviométricos:

Os dados pluviométricos, de postos situados nas proximidades do trecho, e fluviométricos, de postos situados nos cursos d'água de interesse do projeto, foram obtidos dos bancos de dados:

<http://www.snirh.gov.br/hidroweb/>

Base de dados:

- Cartas Planialtimétricas de Santa Barbara e Feira de Santana, IBGE, na escala 1:100.000;

- 
- Dados de clima obtidos de bancos de dados digitais de diferentes instituições (ANA, INMET, INPE);
  - Informações Geoambientais - SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (<http://www.sei.ba.gov.br>).

Bibliografia técnica:

- Tucci, CEM. **Hidrologia: Ciência e Aplicação**. Coleção ABRH de Recursos Hídricos, v.4. Editora da Universidade, Porto Alegre, 2001;
- Netto, Azevedo. **Manual de Hidráulica**. Editora Blucher, 1998;
- **Manual de Hidrologia Básica para Estruturas de Drenagem** (IPR-715) do DNIT, de 2005;
- **Manual de Drenagem de Rodovias** (IPR-724) do DNIT, de 2006;
- **Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários** (IS-203) do DNIT.

Ferramentas computacionais:

- Google Earth;
- MS Excel;
- AutoCAD, AUTOCAD CIVIL 3D;
- QGIS e DATAGEOSYS;

---

#### 4.4 Aspectos gerais do Município

##### 4.4.1 Hidrografia e clima

O município de Ibitiara, localiza-se na Chapada Diamantina na microrregião de Boquira, e possui limite com os municípios de Novo Horizonte, Seabra, Boquira, Oliveira dos Brejinhos e Ibipitanga.

O município possui área de 1.834,002 km<sup>2</sup> e é composto por Quatro distritos: distrito sede, distrito de Mocambo, distrito de Lagoa do Dionizio e distrito de Olhos D'água do Seco.

O município caracteriza-se por possuir tipo climático semiárido e tem como principais corpos d'água: Corrego Mulungu, Corrego dos Frios, Riacho Olhos D'água, e Córrego São Domingos.

Variável climática	Valores médios anuais
Temperatura máxima (°C)	33
Temperatura média compensada (°C)	24
Temperatura mínima (°C)	12
Precipitação média anual (mm)	1075
Evaporação média anual (Piche) (mm)	1597
Umidade relativa do ar (mm)	100
Insolação total (horas)	2112

*Tabela 6: Variável climática - Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia*

Ressalta-se que os valores apresentados de médias e normais climatológicas são obtidos em função de uma ampla região, compreendendo determinadas estações em um período de observação específico, no caso da tabela acima, de 1981 a 2012.

---

#### 4.4.2 Pluviometria

As informações extraídas nas normais climatológicas se confirmam nos dados apresentados pela estação pluviométrica operada pelo INEMA. Os dados foram extraídos do site da ANA (Hidroweb). A estação mais próxima da área de estudo com dados coletados foi a estação de Lençóis. O gráfico abaixo apresenta os valores de Totais Mensais para a Estação de Lençóis:

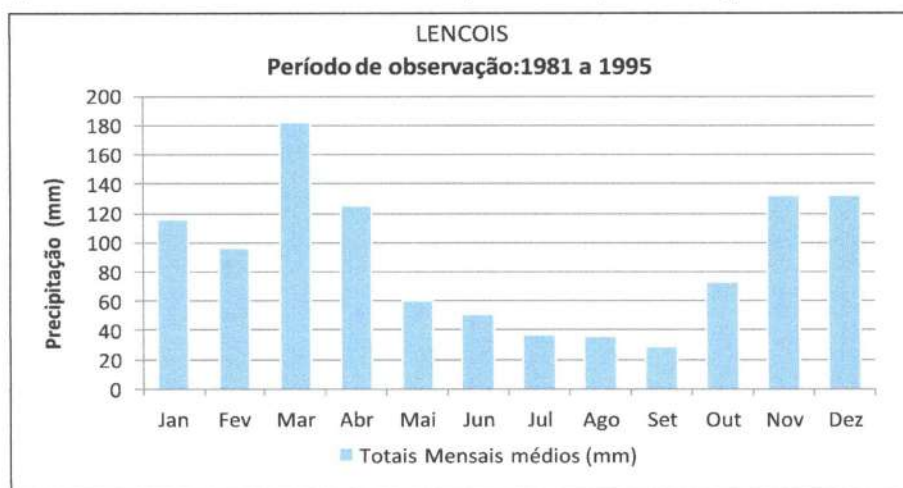


Gráfico 1: Precipitação x Totais Mensais Médios

Nota-se que o período chuvoso da região abrange os meses de março e abril, com precipitação média destes meses de aproximadamente 152 mm. Percebe-se a variabilidade pluviométrica com o período seco onde os meses de maio a setembro compreendem os meses mais secos com precipitação abaixo de 60mm. Estas informações são relevantes quando consideramos o período de seca para execução de obras, sendo o mais indicado devido à quantidade de dias sem chuva.

#### 4.5 Subprojeto de Drenagem

##### 4.5.1 Chuvas Intensas

As equações de chuva foram extraídas do software Pluvio 2.1 para a localidade de Ibitiara. Seus parâmetros são indicados nas equações a seguir. Sua utilização é indicada em cada ponto levantado.

A equação geral é descrita por "i" que é a intensidade da tormenta, TR é o tempo de retorno em anos; t é a duração do evento, em minutos; k, a, b e c são os coeficientes regionais da equação (apresentados no quadro abaixo).

Localidade	Coeficientes da Equação IDF			
Nome	k	a	b	c
IBITIARA	4197,593	0,192	32,427	1,04

Tabela 7: Coeficientes da Equação IDF

$$i = \frac{k \cdot TR^a}{(t + b)^c}$$

##### 4.5.2 Tempo de Recorrência

O TR específico do projeto considerou os seguintes fatores de risco, de acordo com o termo de referência do projeto:

Área da bacia de contribuição	Tipo de obra
A < 5,0 km <sup>2</sup>	10 anos (Bueiro Tubulares - BTTC) como canal e 25 anos como orifício
A < 5,0 km <sup>2</sup>	
5,0 km <sup>2</sup> < A < 10,0 km <sup>2</sup>	50 anos (Ponte e Galerias)
A ≥ 10,0 km <sup>2</sup>	

Tabela 8: Tempo de Recorrência.

##### 4.5.3 Tempo de Concentração

O tempo de duração crítica da tormenta que gera a vazão de projeto é igual ao tempo de concentração da bacia. O cálculo do tempo de concentração é definido por

$$t_c = 0,95 \cdot \left( \frac{L^3}{H} \right)^{0,385}$$

onde  $t_c$  é o tempo de concentração, em horas;  $L$  é o comprimento do talvegue, em Km;  $H$  é o desnível do talvegue principal desde a cabeceira até o exutório, em metros.

De acordo com literatura conceituada, o *Hydraulics Manual* do *Ministry of Transportation and Highways* adota um tempo mínimo de 15 minutos para área rural e de 10 minutos para área residencial. Já o *Hydraulic Manual* desenvolvido pelo *Washington State Department of Transportation* indica que o tempo de concentração deve ser superior a 5 minutos. Assim, para este estudo, tomando-se os estudos supracitados e projetos de magnitude similar, julga-se prudente adoção de tempo de concentração mínimo de 10 minutos.

#### 4.5.4 Potencial de escoamento superficial

De acordo com o método chuva-vazão utilizado o coeficiente pode ser Coeficiente de Escoamento (C), para o Método Racional, e o Coeficiente do Complexo Solo-Vegetação (CN), para o Método do Hidrograma Unitário Triangular (HUT).

A Tabela abaixo determina os valores de  $c$  e CN definido pelo Termo de Referência.

OROGRAFIA		1		2		3		
		PLANA		ONDULADA		MONTANHOSA		
CONDIÇÕES DE SUPERFÍCIE		C	CN	C	CN	C	CN	
Terrenos Estéreis e Áreas Urbanizadas	Muito Permeáveis	A	0,10	50	0,20	55	0,30	65
	Permeáveis	B	0,20	55	0,30	60	0,40	70
	Semi Permeáveis	C	0,40	60	0,50	65	0,60	75
	Pouco Permeáveis	D	0,60-0,80	70	0,60-0,90	75	0,60-1,00	80
Cerrados, Pastagens e Matas Ralas	Muito Permeáveis	A	0,20	45	0,30	50	0,40	60
	Permeáveis	B	0,25	50	0,35	55	0,45	65
	Semi Permeáveis	C	0,30	60	0,40	60	0,50	70
	Pouco Permeáveis	D	0,40	65	0,50	70	0,60	75
Culturas e Pastagens Terraceadas	Muito Permeáveis	A	0,10	35	0,30	45	0,40	50
	Permeáveis	B	0,20	40	0,35	50	0,45	55
	Semi Permeáveis	C	0,30	50	0,40	60	0,50	60
	Pouco Permeáveis	D	0,40	60	0,50	65	0,60	70
Culturas Terraceadas	Muito Permeáveis	A	0,10	30	0,20	40	0,30	50
	Permeáveis	B	0,15	40	0,30	50	0,40	55
	Semi Permeáveis	C	0,20	50	0,40	55	0,50	60
	Pouco Permeáveis	D	0,40	60	0,50	65	0,60	70

Tabela 9: Estudo do Relevo

Sendo:

- A = "Loess" em camadas espessas;
- B = "Loess" em camadas rasas e areias;
- C = Solos Siltosos e Argilosos;
- D = Solos com argilas expansivas e pavimentos.

Para este município adotaram-se Coeficientes de Escoamento (Run-off) e Coeficientes do Complexo Solo-Vegetação (Curve Number) iguais para cada ponto, pois, suas bacias de contribuição possuem características similares. Ou seja, identificou-se que as bacias de contribuição são montanhosas com presença de culturas e pastagens terraceadas com condição de superfície permeável.

Assim, utilizou-se coeficiente coincidente de Run-off igual a 0,45 e Curve Number igual a 55 para cálculo da vazão afluente a cada ponto crítico.

#### 4.5.5 Metodologia de cálculo de descargas

As vazões de projeto foram calculadas de acordo com o critério de área de drenagem, conforme apresenta o quadro abaixo.

Porte da bacia	Área de drenagem	Método de cálculo
Pequenas bacias	Bacias até 1,0 km <sup>2</sup>	Método Racional
Bacias intermediárias	Bacias entre 1,0 km <sup>2</sup> e 10,0 km <sup>2</sup>	Método Racional acrescido de coeficiente de retardo
Grandes bacias	Bacias acima de 10,0 km <sup>2</sup>	Método do Hidrograma Unitário Triangular (HUT) ou análise estatísticas de vazões máximas observadas

Tabela 10: Porte da bacia

#### **Método Racional (MR)**

O método racional baseia-se nas seguintes hipóteses:

- Precipitação uniforme sobre toda a bacia;
- Precipitação uniforme na duração da chuva;
- A intensidade da chuva é constante;

- O coeficiente de escoamento superficial é constante;
- A vazão máxima ocorre quando toda a bacia está contribuindo;

A vazão de projeto obtida pelo método Racional segue a seguinte equação:

$$Q = 0,278 C.I.A$$

Onde Q é descarga de projeto, em m<sup>3</sup>/s; C é o coeficiente adimensional de escoamento superficial (*runoff*); I é a intensidade média da precipitação sobre a bacia; A é a área de bacia drenada, em km<sup>2</sup>; 0,278 é o fator de conversão de unidades;

#### **Método Racional Corrigido (MRC)**

A fórmula do Método Racional geralmente leva ao superdimensionamento das obras de drenagem para bacias de médio e grande porte. Para o dimensionamento mais criterioso dos elementos em questão, corrige-se as vazões afluentes calculadas utilizando-se o coeficiente de retardo adimensional (r), que visa a correção da precipitação pontual para a precipitação uniformemente distribuída pela área, adotando-se a Equação:

$$r = \frac{1}{n\sqrt{100A}}$$

onde:

A = área da bacia em Km<sup>2</sup> ;

n = 4 (para bacias de declividade média < 0,5%) ;

n = 5 (para bacias de declividade média ≥ 0,5% e < 1,0%) ;

n = 6 (para bacias de declividade média ≥ 1,0%) ;

Portanto, a fórmula adotada para o cálculo de vazões, pelo Método Racional Corrigido, é:

$$Q = 0,278 C.I.A.r$$

#### **Método do Hidrograma Unitário Triangular (HUT)**

O HUT é obtido com base nas características físicas da bacia. A vazão de pico do hidrograma é obtida por:

$$Q_p = \frac{0,208 \cdot A \cdot Pe}{t_p}$$

Onde Q<sub>p</sub> é a descarga de projeto (m<sup>3</sup>/s); A é a área da bacia drenada

(km<sup>2</sup>);  $P_e$  é o excesso de chuva efetivamente escoada (mm);  $t_p$  é o tempo de pico (h); 0,208 é um fator adimensional de armazenamento e conversão de unidades.

A precipitação efetiva  $P_e$  (mm) é obtida com base na fórmula proposta pelo "US Soil Conservation Service" que com suas unidades ajustadas ao sistema métrico, apresenta a seguinte forma:

$$P_e = \frac{(P - (5080 / CN - 50,80))^2}{P + (20320 / CN - 203,2)}$$

Onde  $P$  é a precipitação para uma duração  $D$  (mm);  $CN$  é o número de deflúvio representativo para o complexo hidrológico solo-vegetação, de acordo com as tabelas do método do SCS.

A duração da precipitação (h) e o tempo de pico do HTS (h) são obtidos em função do tempo de concentração, respectivamente, por:

$$D = 2 \cdot \sqrt{t_c}$$

$$t_p = \sqrt{t_c} + 0,6 \cdot t_c$$

A representação do hidrograma, preconizados na teoria do hidrograma triangular sintético do U.S. Soil Conservation Service (SCS), para uma altura pluviométrica de 1 mm, é ilustrada na figura abaixo.

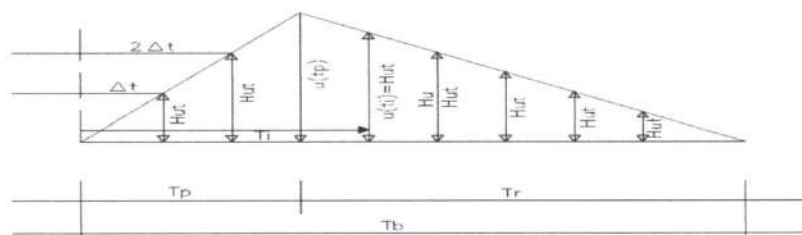


Figura 2: Esquema de representação do hidrograma do método HUT

Os parâmetros do modelo do SCS são expressos matematicamente por:

- Tempo de pico (h):  $t_p = D/2 + 0,6 t_c$
- Tempo de retorno (h):  $t_r = 1,67 \cdot t_p$
- Duração unitária (h):  $D_u$  ou  $\Delta t = 0,20 \cdot t_c$
- Tempo de base (h):  $t_b = 2,67 \cdot t_p$

---

➤ Vazão de pico (m³/s/mm):  $Q_p = 0,208.A/tp$

O hidrograma de projeto é obtido pela equação de convolução:

$$Q_t = \sum_{i=1}^t P e_i \cdot q_{t-i+1}$$

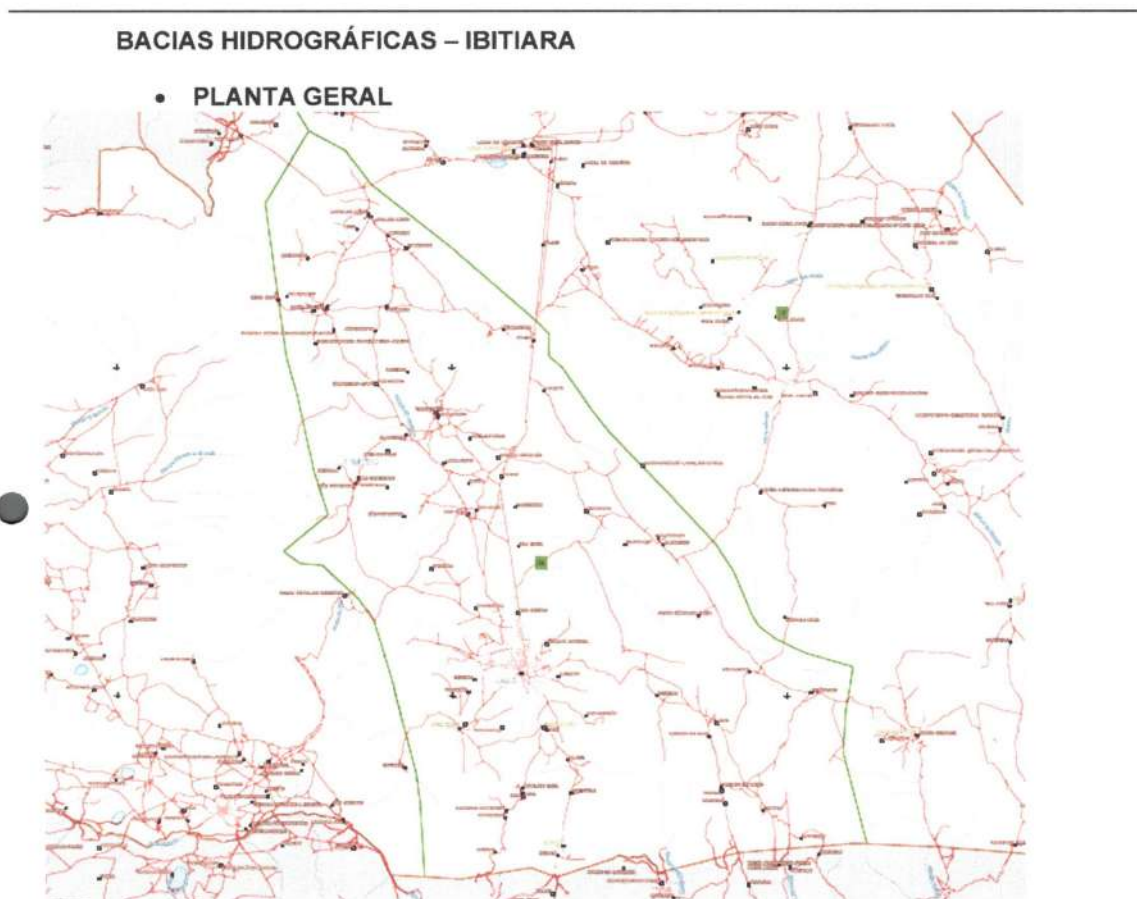
Onde  $Q_t$  é a vazão (m³/s) no tempo  $t$  (horas);  $P e_i$  é a precipitação efetiva (mm) no intervalo  $i$  e  $q$  é a ordenada do hidrograma unitário (m³/s/mm). A precipitação efetiva é obtida pelo método do SCS descrito no item anterior.

A vazão de projeto é equivalente à vazão máxima (pico) do hidrograma resultante da convolução.

#### 4.6 Precipitação e vazões das Bacias Hidrográficas

A bacia hidrográfica de uma seção de um curso d'água é a área geográfica coletora de água de chuva que, escoando pela superfície do solo atinge a seção considerada.

As áreas das bacias foram determinadas por cartas cartográficas, dimensionadas as sub-bacias contribuintes para os dispositivos de drenagem. Estas áreas são as apresentadas na imagem a seguir:



*Figura 3: Bacias hidrográficas*

---

#### 4.7 Dimensionamento Hidráulico

Para o presente estudo foi considerada a transposição de talwegues por bueiros. Os critérios adotados para o desenvolvimento do estudo, apresentados neste relatório, estão de acordo com a Instrução de Serviço, IS-210 e com o Manual de Drenagem de Rodovias, do DNIT.

Os bueiros foram dimensionados admitindo-se que eles trabalhem como canais ou como orifícios, para os TR's indicados anteriormente, considerando que tais obras funcionam em regime crítico, onde a menor quantidade de energia é despendida. Seguiram-se as premissas descritas no Manual de drenagem de rodovias do DNIT para as obras.

Foram sugeridas dimensões mínimas para os dispositivos, uma vez que sua geometria pode ser alterada de acordo com a necessidade in loco, por exemplo, quando não há altura de aterro suficiente para um bueiro e se tem folga na largura. Também se deve levar em consideração a relação econômica, quando uma obra pode ser mais barata e com eficiência hidráulica igual ou superior, como os casos em que há substituição de um bueiro capeado triplo por uma ponte.

Tipo	Base (m) x Altura (m)	Área molhada crítica (m <sup>2</sup> )	Vazão crítica (m <sup>3</sup> /s)	Velocidade crítica (m/s)	Declividade crítica (%)
B TTC	1,50	10,00	28,93	3,62	0,62

*Tabela 13: Bueiro Capeado trabalhando como Canal.*

A escolha das seções, das obras de arte estudadas, deve ser feita de acordo com a fórmula de Manning, apresentada na Equação, calculando-se a vazão para a velocidade máxima de 6,0 m/s.

$$Q = \frac{1}{n} A \cdot R_H^{2/3} \cdot \sqrt{I}$$

Onde Q é a vazão (m<sup>3</sup>/s); n é o coeficiente de rugosidade de Manning (adimensional); A é a área molhada (km<sup>2</sup>); R<sub>H</sub> é o raio hidráulico (m); i é a declividade (m/m).

Conforme o Manual de Drenagem de Rodovias desenvolvido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, especifica-se, na página 200, que para número de Froude abaixo de 1,7 não deve haver preocupações no que tange as bacias de amortecimento ou dissipadores localizados. Para os pontos críticos estudados o número de Froude máximo encontrado equivale a 1,03. Ou seja, é dispensável o uso de dissipador e outras medidas protetivas.

Todavia, segundo o documento "Diretrizes de projeto para bueiros-DP-H11", confeccionado pela Prefeitura do Município de São Paulo, página 259, o uso de bocas de bueiro é indicado para proteção do aterro contra erosões. Indicando que as bocas de bueiro funcionam também como dissipador de energia, uma vez que possuem perda de carga localizada.

Assim, assume-se que as estruturas projetadas estão a favor da segurança no que se refere à proteção contra erosão do solo e taludes.

---

#### 4.8 Casos Particulares

Os casos particulares são atribuídos a uma situação específica do local e solicitados pelo contratante. Cabe esclarecer que estes casos poderão exigir critérios diferentes dos apresentados no Termo de Referência, com a necessidade de aprovação do órgão.

Ressalta-se que na região, de forma geral, há presença de bacias de retenção nas áreas de contribuição. As bacias de retenção têm sido muito usadas comumente em zonas rurais como meio de armazenamento de água para fins agropecuários. Elas auxiliam para evitar perturbações à jusante, reduzem a carga de contaminante do rio, controlam a erosão, melhoraram a paisagem, criam espaço recreativo e de lazer, recarregam os aquíferos, entre outras aplicações.

As bacias de armazenamento reduzem o pico de escoamento, assim, para o cálculo de transformação chuva-vazão no hidrograma, visando-se considerar a atuação destas bacias, utilizou-se como metodologia o uso de coeficiente de escoamento compatível com maior infiltração da precipitação no solo, ou seja, menor escoamento. Esta medida permitiu a redução do pico de vazão para pontos cujas bacias de contribuição possuem volumes de retenção.



---

**Maria Luiza Oliveira Lemos** – Arquiteta e Urbanista  
CAU/BA A247936-2



---

**José Anfilópio de Menezes** – Agrimensor/Técnico em Edificações  
CRT/BA nº 1841439088-9

---



**MEMORIAL DESCRITO PARA SUPRESSÃO DE 01 PONTO CRÍTICO EM ESTRADA VICINAL – ESTRADA VIA POVOADO SURUBIM** - Coordenadas Geograficas: Longitude UTM: 778755.00 m E e Latitude UTM: 8610150.00 m N.

**CONSTRUÇÃO DE BUEIRO – BSCC- 1,50m**

**LOCALIDADE: ESTRADA VIA POVOADO DE SURUBIM**

**MUNICÍPIO: IBITIARA**



**ABRIL/2026**

### APRESENTAÇÃO

Este Memorial Descritivo contém todos os serviços relacionados na visita técnica in loco, realizada pela equipe técnica deste município. Constam os serviços de Melhoria de Estrada Vicinal em trecho de Estrada, Via Povoador de Lagoinha/Surubim.

A relação de subprojetos que será objeto de estudo da Estrada Vicinal são os seguintes:

- Subprojeto de Bueiro;
- Subprojeto Melhoria de Greide;

Os subprojetos de engenharia contribuirão para interligar a malha viária vicinal do município e garantirão as condições mínimas necessárias para o tráfego permanente durante todo o ano e principalmente no período de chuva.

#### 1 Trecho Levantado pela Equipe de Engenharia

Na Tabela 1 abaixo são demonstrados o trecho levantado pela equipe de engenharia durante as visitas técnicas em campo e as respectivas quantidades.

TRECHO	DESCRIÇÃO	Quant. (un)
1	Estrada via Povoador Lagoinha/Surubim	1
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>

*Tabela 1: Trecho Levantado pela equipe de Engenharia*

- Quantidade de trecho levantado: 1 trecho.

---

# 1. DADOS DO MUNICÍPIO

---

---

## DADOS DO MUNICÍPIO

O município de Ibitiara localiza-se na Zona Fisiografia da Chapada Diamantina no Estado da Bahia. Faz limite com os municípios de Ibipitanga, Novo Horizonte, Brotas de Macaúbas, Seabra, Boquira, Oliveira dos Brejinhos e Boninal. Localiza-se a uma Altitude de 900m, Latitude de 12°39'00, e Longitude de 42°13'00. Está situada a 532 Km de distância da capital.

## HISTÓRICO

A História de Ibitiara teve início em fins do século XVIII, justamente quando os desbravadores portugueses aqui chegaram pela primeira vez em busca de ouro e pedras preciosas. Inicialmente eles se fixaram num pequeno povoado que atribuíram o nome de Remédios, por acreditarem que a água que ali jorrava da serra com abundância teria qualidades terapêuticas o que constituía um verdadeiro tesouro para os bandeirantes sedentos e cansados das longas viagens. Posteriormente, esse povoado de Remédios foi elevado à categoria de município sob a denominação de Remédios de Rio de Contas. Dentre os arraiais pertencentes ao município de Remédios houvera um que mais se destacou, e que posteriormente, recebera a denominação de 'Arraial de Bom Sucesso', cujas terras formavam um sítio que fora adquirido em 1854, por Francisco Xavier Gomes e João Rodrigues, em nome do Conde da Ponte, tendo como procurador o senhor Rodrigues Pereira de Castro. Por volta do ano de 1925, sob as influências de políticos da época, e devido à descoberta de jazidas de ouro na região, mudou-se a sede do município para 'Bom sucesso'. Tendo em vista que o município recém criado não tinha autonomia, ou seja, não era possuidor de recursos próprios para se manter, foi incorporado nesta mesma época, ao município vizinho de Macaúbas. Anos mais tarde, através do Decreto nº 8.830, de 2 de março de 1934, o município de Bom Sucesso foi restaurado e voltou a ser autônomo. Por isso, essa data deve ser sempre lembrada como sendo a data da emancipação política do município. Em 1943, através do Decreto nº 141, de 31 de dezembro de 1943, a denominação de Bom Sucesso foi modificada para Ibitiara, nome indígena que significa **Ibi = terra, tiara = áurea**, ou seja, ouro, significando **terra do ouro**.

A obra de Construção de Pavimentação em Paralelepípedo em Ruas do Município de Ibitiara, localizadas neste Município de Ibitiara – Bahia, a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Ibitiara com os recursos repassados pelo Estado, será realizada observando-se soluções de melhoramento da funcionalidade do espaço e estabelecendo-se padrões construtivos, em que se deve procurar a racionalização da obra, utilizando materiais de fácil manutenção e longevidade.

A referida obra será executada obedecendo rigorosamente as especificações da planilha orçamentária; bem como as indicações, recomendações e/ou exigências constantes das normas técnicas da ABNT, das concessionárias locais e dos catálogos dos fabricantes. Os casos omissos quanto às especificações e acabamentos serão determinados pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de Ibitiara.

Poderão ser alteradas as especificações dos materiais nos acabamentos, durante a execução da obra, quando as mesmas forem necessárias ao atendimento dos aspectos técnicos, ou como decorrência da qualidade, segurança ou mesmo falta no mercado por terem sido deixados de ser fabricados, ou quando houver fusão de empresas resultando em nova marca, ou não houver disponibilidade junto ao mercado no momento de aquisição dos mesmos, substituindo por outro de igual ou superior qualidade, com o devido conhecimento e anuência da equipe técnica da Prefeitura Municipal de Ibitiara.

Alguns elementos de projetos, se necessitarem de maior detalhamento para execução, poderão ser apresentados durante as obras. Todos os materiais aplicados, serão de reconhecida qualidade junto ao mercado de materiais de construção.

Os padrões dos materiais de acabamento serão definidos por profissionais especializados, de maneira a se obter harmonia e bom gosto na caracterização final da unidade. A mudança de qualquer projeto, serviço ou material somente será admitida após autorização por escrito dos responsáveis técnicos dos projetos, juntando-se à mesma uma amostra para o devido exame e apresentando as razões determinantes do pedido

---

- **2. ESTUDOS  
TOPOGRÁFICOS**
- 

---

---

---

## 2.1 Generalidades

Os estudos topográficos se desenvolveram utilizando um modelo simplificado, tendo como base as orientações das normas de serviços topográficos, aplicados à elaboração de bases topográficas para execução de projetos geométricos de vias. No entanto, observou-se a Norma NBR 13.133:1994 – Execução de levantamentos topográficos.

Todos os serviços de levantamento topográfico foram realizados por equipamento GPS (Geographical Positioning System), GPS - RTK i50 + Rover i73, Drone. Com auxílio de um GPS Gamin, modelo A20, foram cadastradas as informações de campo e posteriormente, com uso de uma base disponível no site do IBGE, realizou-se o pós-processamento com uso do software Auto Cad Civil 3D. A correção dos pontos qualifica a planimetria e altitude das informações cadastradas em campo.

## 2.2 Metodologia dos trabalhos

### 2.2.1 Levantamento cadastral

O levantamento cadastral foi gerado a partir dos pontos com cota obtidos com o auxílio de equipamento GPS - RTK i50 + Rover i73, com o levantamento de linha de eixo (pontos do terreno natural) das vias indicadas, de forma a propiciartodo o cadastro onde se propõe as intervenções.

Nos pontos críticos identificados e, a partir das coordenadas coletadas em campo, checados através dos estudos hidrológicos somados ao posicionamento em campo, foram levantadas seções transversais com medições de bordos, alturas, cercas, indicação de aguada, construções, postes e etc. O ponto crítico, foi definido em coordenadas com uso do GPS e juntamente com fotos, obteve-se o cadastro completo do ponto de intervenção.

---

---

### 2.2.2 Subprojeto Planialtimétrico

De posse das informações coletadas em campo, iniciou-se o processamento dos pontos que resulta em uma melhoria das precisões destes pontos em coordenadas X, Y e Z. Após esta operação, o software exporta o arquivo em formato .dxf, contendo linhas e pontos que serão desenhados com definição da via (bordos e eixos) e pontos críticos com cotas. O subprojeto geométrico foi desenvolvido sobre esta base, contendo planta e perfil do terreno no trecho e seu respectivo ponto crítico.

Os subprojetos topográficos foram georreferenciados e, o resultado final se encontra representado nos subprojetos de geometria e terraplenagem, este levantamento serviu de base para a elaboração dos mesmos.

2.3 Levantamento Topográfico do Pontilhão, O levantamento topográfico do pontilhão foi realizado por equipamento de **Estação Total e GPS - RTK i50 + Rover i73**, conforme Norma da ABNT NBR 13133:1994 - Execução de Levantamento Topográfico.

#### 2.3.1 Datum's utilizados

Os levantamentos tiveram como base o SGB (Sistema Geodésico Brasileiro), Datum Horizontal "SIRGAS 2000" e "SAD 69 CLÁSSICA". O Datum Vertical adotado é obtido do modelo geoidal oficial brasileiro adotado pelo IBGE e calculado com o software DATAGEOSYS e Auto Cad Civil 3D.

#### 2.3.2 Sistema Geodésico Brasileiro - SGB

Classicamente a geodésica tem sido definida, a partir de seus objetivos, como a ciência que se ocupa da determinação da forma, das dimensões e do campo gravitacional da Terra. O problema geodésico, de natureza físico-geométrica pode ser tratado como o da definição de um sistema de coordenadas em que fiquem caracterizados os pontos que descrevem da superfície física da Terra.

O sistema de coordenadas associado à família de pontos descritores denomina-se SISTEMA GEODÉSICO, sendo necessária, para se atingir os objetivos da Geodésia, a sua extensão a toda superfície da Terra.

---

---

*O Sistema Geodésico Brasileiro é definido a partir do conjunto de pontos geodésicos implantados na porção da superfície terrestre delimitada pela fronteira do país – pontos estes que são determinados por procedimentos operacionais e possuem suas coordenadas calculadas através de modelos geodésicos de precisão compatível com as finalidades a que se destinam.*

*Para o Sistema Geodésico Brasileiro, a imagem geométrica da Terra é definida pelo Elipsóide de Referência Internacional de 1967. O Referencial altimétrico coincide com a superfície equipotencial que contém o nível médio do mar, definido pelas observações maregráficas tomadas na baía de Imituba, no litoral do Estado de Santa Catarina.*

*O estabelecimento do Sistema Geodésico Brasileiro desenvolve-se tendo como objetivo contribuir para a solução do problema geodésico, sem, contudo, se descuidar dos aspectos aplicados, em que a preocupação maior é a referência para as atividades cartográficas. Os pontos geodésicos, subsidiariamente, suprem a comunidade técnica nacional das informações necessárias à condução dos assuntos públicos, principalmente as que permitem apoiar as grandes obras de engenharia tais como: sistemas de comunicação; transmissão de energia; barragens para geração de energia ou abastecimento de água, titulação de propriedades, dentre outras importantes.*

*O Sistema Geodésico Brasileiro integra o datum Sul-Americano de 1969 (SAD69), definido a partir dos parâmetros:*

*A - Figura geométrica para a Terra;*

- *Elipsóide internacional de 1967*
- a (semi-eixo maior) = 6378160,000 m*
- f (achatamento) = 1/298,25*

*B - Orientação;*

- *Geocêntrica;*

*Eixo de rotação paralelo ao eixo de rotação da Terra*

*Plano meridiano origem paralelo ao plano meridiano de GREENWICH*

- *Topocêntrica;*

*No vértice CHUÁ de cadeia de triangulação do paralelo 23° S.*

*$\Phi = 12^{\circ} 45' 41,6527'' S$*

*$\lambda = 42^{\circ} 06' 04,0639'' W Gr$*

*$\alpha = 271^{\circ} 30' 04,05'' p/VT -$*

*$N = 0,0 m$*

---

### 2.3.3 Sistema Sirgas 2000

Sistema Geodésico de Referência: Sistema de Referência Terrestre Internacional - ITRS (International Terrestrial Reference System)

- Figura geométrica para a Terra: Elipsóide do Sistema Geodésico de Referência de 1980 (Geodetic Reference System 1980 - GRS80)

Semi-eixo maior  $a = 6.378.137$  m

Achatamento  $f = 1/298,257222101$

- Origem: Centro de massa da Terra

- Orientação:

Pólos e meridiano de referência consistentes em  $\pm 0,005''$  com as direções definidas pelo BIH (Bureau International de l'Heure), em 1984.0.

A seguir as tabela com os tipos de levantamento topográfico realizado em cada ponto e a ficha de campo:

ESTRADA VIA POVOADO PONTA DO MORRO - IBITIARA						
TRECHO	PONTO	LOCALIZAÇÃO	OBRA PROJETADA	TIPO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO	COORDENADAS UTM	
					LESTE	NORTE
1	1	Lagoinha/Surubi m	BSCC 1,50 x 1,50	GPS/RTK/ ESTAÇÃO TOTAL	778755.00 m E	8610150.00 m N

*Tabela : Tipo de levantamento topográfico*

---

**3. SUBPROJETO  
GEOMÉTRICO E  
TERRAPLENAGEM**

---

### 3.1 Introdução

Para a elaboração do subprojeto geométrico e terraplenagem foram considerados o aterro que deverá recobrir o bueiro. Para o bueiro capeado, o aterro deve ser definido pela altura da obra, com extensão média de 10m para cada lado da obra. Nas Obras de Arte Especiais que foram realizados o levantamento topográfico, avaliando os aspectos geométricos para atender a trafegabilidade com segurança.

#### 3.1.1 Critérios de projetos adotados:

- Limpeza do terreno com 1,0 m para cada lado além da plataforma e das áreas de empréstimos;
- Seção transversal da plataforma varia conforme a plataforma da pista existente;

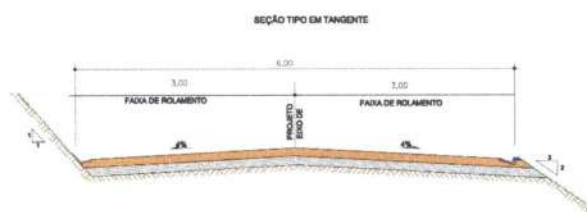


Figura 1: Seção tipo em tangente

- Declividade da seção transversal de 3,0%;
- Inclinação dos taludes: Corte 1:1 e Aterro 1: 2,5.

### 3.2 Concepção do Projeto

O subprojeto de terraplenagem foi desenvolvido com base nas informações provenientes do subprojeto Geométrico e do Levantamento Topográfico realizado conforme item descrito anteriormente de Estudos Topográficos, além da visita técnica "in loco".

O objetivo do referido subprojeto é garantir as larguras mínimas

---

necessárias de plataformas de terraplenagem suficiente para abrigar a implantação do projeto geométrico, respeitando-se as cotas propostas. Entretanto, não se deixando de observar uma solução que melhor viabilizasse o projeto de drenagem.

A implantação dos terraplenos projetados ocorrerá por processos mecanizados. Constará basicamente da abertura dos cortes, da execução dos aterros para a implantação da plataforma dimensionada neste projeto.

### 3.2.1 Execução do aterro - compactação - PMI

O processo de compactação no campo deverá seguir as normas ou especificações de serviço (Anexo B) do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

A sequência construtiva da compactação são resumidamente os seguintes:

- a) Lançamento e espalhamento do material com as unidades de transporte procurando-se obter, aproximadamente, a espessura solta adotada.
- b) Regularização da camada, utilizando-se a motoniveladora para o acerto da altura da camada solta, dentro dos limites impostos pelas especificações. Admite-se que a espessura da camada solta seja de 20 a 25% maior do que a altura final de camada, após a compactação.

### 3.2.2 Natureza do material a escavar

Após executada as prospecções e, conhecendo a natureza dos solos na inspeção visual conclui-se que o material de construção dos cortes é classificado como de 1º categoria.

### 3.2.3 Recomendação para a construção de aterros

Os Aterros serão executados conforme a norma do DNIT- 108/2009-ES e ocorrerão onde a implantação requerer o depósito de materiais proveniente de cortes e/ou jazidas para atingir as cotas previstas em projeto e dentro dos limites das seções de projeto, "off sets", que definem o corpo do terraplano.

### 3.2.4 As operações de aterro compreendem:

- a) Descarga, o espalhamento, o conveniente umedecimento ou aeração, e a compactação dos materiais oriundos do corte.
  - b) Descarga, o espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento
-

---

ou aeração, e a compactação dos materiais selecionados oriundos do corte, para a construção da camada final do aterro, até a cota correspondente do greide de terraplenagem. As condições a serem obedecidas para a compactação são objeto da norma DNIT-ES-141/2009.

#### 3.2.5 Da execução:

Os solos para os aterros deverão ser isentos de matérias orgânicas, micácea e diatomácea. As turfas e as argilas orgânicas não poderão ser utilizadas.

Na execução do corpo dos aterros não será permitido o uso de solos que tenham baixa capacidade de suporte (CBR <2%) e expansão maior que 4%.

A espessura de cada camada compactada não deverá ultrapassar de 30 cm e, para as 3 camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar de 20 cm.

#### 3.2.6 Recomendação para a construção de cortes

Os cortes serão executados conforme a norma do DNIT-ES-106/2009 e ocorrerão onde a implantação requerer a escavação do material constituinte do terreno natural ao longo da projeção da obra e dentro dos limites das seções de projeto, "off sets", que definem o corpo do terrapleno.

Recomenda-se que após a execução dos cortes, caso se verifique a existência de solos de baixa capacidade de suporte (CBR<2%) e/ou a existência de matérias orgânicas, micáceas e diatomácea, a sua substituição em camada não inferior a 60cm.

##### 4.2.6.1 As operações de cortes compreendem:

- a) Escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide da terraplanagem indicado no projeto;
  - b) Quando, ao nível da plataforma dos cortes, for verificada a ocorrência de rocha sã ou em decomposição, deve ser procedido o rebaixamento do greide, no mínimo de 40cm. No caso de solos com expansão maior que 2%, baixa capacidade de suporte (CBR<2%) ou orgânicos, o rebaixamento deve ser no mínimo de 60cm. Deve ser procedida, em seguida, a execução de novas camadas, constituídas de materiais selecionados os quais devem ser definidos
-

---

pela Fiscalização;

- c) Transporte do material escavado para aterros ou bota-foras;
- d) Retirada do material de má qualidade, se ocorrer, visando o preparo das fundações de aterro.

#### 4.2.6.2 Da execução dos cortes

Os materiais escavados serão transportados para os pontos de aterro, nos volumes necessários aos mesmos. No caso de materiais rejeitados ou excedentes, esses solos serão transportados para o mesmo bota-fora dos materiais provenientes da Supressão Vegetal, Destocamento e Limpeza.

Os segmentos que não atingirem as condições mínimas de compactação devem ser escarificados, homogeneizados, levados à umidade ótima e devidamente compactados. Os taludes dos cortes deverão apresentar, após a operação de terraplanagem, a inclinação indicada em projeto.

#### 4.2.6.3 Controle geométrico

O controle geométrico do acabamento da plataforma de aterro será procedido mecanicamente de forma a alcançar a conformação prevista no projeto, buscando manter as declividades necessárias para o bom funcionamento da drenagem.

### 3.3 Supressão Vegetal, destocamento e limpeza da área.

Os serviços de supressão vegetal, destocamento e limpeza, compreendem os serviços preliminares, conforme especificação DNIT-104/2009-ES, objetivam a remoção nas áreas destinadas a implantação do platô e do acesso de obstruções naturais e artificiais, porventura existentes, tais como: árvores, arbustos, tocos, raízes, entulhos estruturas de qualquer natureza.

---

**4. SUBPROJETO DE  
DRENAGEM**

---

---

---

#### 4.1 Introdução

O presente relatório apresenta o resumo dos estudos hidrológicos e o dimensionamento hidráulico dos dispositivos de drenagem com as informações essenciais para cada bacia estudada. O presente estudo seguiu as orientações definidas no Termo de Referência do projeto

O estudo trata do pré-dimensionamento dessa obra, cabe lembrar que os dispositivos podem sofrer alterações de acordo com o avanço do projeto e propostas das demais disciplinas, como por exemplo, os projetos geométricos e estruturais.

Foram analisados 1 PONTO CRÍTICO e indicadas as dimensões dos dispositivos.

#### 4.2 Descrição do sistema

A concepção do sistema de drenagem teve como premissa preservar os afluentes originados de cada bacia, com o objetivo de não alterar as suas vazões. Nos pontos de lançamento de afluentes foram dimensionados de forma a não impactar na população local e evitar erosão e ravinamentos nestes locais.

O sistema foi dimensionado de forma a proporcionar menores custos de implantação e facilidade de manutenção.

#### 4.3 Documentos de referência

Na elaboração dos estudos foram utilizados os elementos relacionados abaixo.

Dados pluviométricos e fluviométricos:

Os dados pluviométricos, de postos situados nas proximidades do trecho, e fluviométricos, de postos situados nos cursos d'água de interesse do projeto, foram obtidos dos bancos de dados:

<http://www.snirh.gov.br/hidroweb/>

Base de dados:

- Cartas Planialtimétricas de Santa Barbara e Feira de Santana, IBGE, na escala 1:100.000;

- 
- Dados de clima obtidos de bancos de dados digitais de diferentes instituições (ANA, INMET, INPE);
  - Informações Geoambientais - SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (<http://www.sei.ba.gov.br>).

Bibliografia técnica:

- Tucci, CEM. **Hidrologia: Ciência e Aplicação**. Coleção ABRH de Recursos Hídricos, v.4. Editora da Universidade, Porto Alegre, 2001;
- Netto, Azevedo. **Manual de Hidráulica**. Editora Blucher, 1998;
- **Manual de Hidrologia Básica para Estruturas de Drenagem** (IPR-715) do DNIT, de 2005;
- **Manual de Drenagem de Rodovias** (IPR-724) do DNIT, de 2006;
- **Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários** (IS-203) do DNIT.

Ferramentas computacionais:

- Google Earth;
- MS Excel;
- AutoCAD, AUTOCAD CIVIL 3D;
- QGIS e DATAGEOSYS;

#### 4.4 Aspectos gerais do Município

##### 4.4.1 Hidrografia e clima

O município de Ibitiara, localiza-se na Chapada Diamantina na microrregião de Boquira, e possui limite com os municípios de Novo Horizonte, Seabra, Boquira, Oliveira dos Brejinhos e Ibipitanga.

O município possui área de 1.834,002 km<sup>2</sup> e é composto por Quatro distritos: distrito sede, distrito de Mocambo, distrito de Lagoa do Dionizio e distrito de Olhos D'água do Seco.

O município caracteriza-se por possuir tipo climático semiárido e tem como principais corpos d'água: Corrego Mulungu, Corrego dos Frios, Riacho Olhos D'água, e Córrego São Domingos.

Variável climática	Valores médios anuais
Temperatura máxima (°C)	33
Temperatura média compensada (°C)	24
Temperatura mínima (°C)	12
Precipitação média anual (mm)	1075
Evaporação média anual (Piche) (mm)	1597
Umidade relativa do ar (mm)	100
Insolação total (horas)	2112

Tabela 6: Variável climática - Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia

Ressalta-se que os valores apresentados de médias e normais climatológicas são obtidos em função de uma ampla região, compreendendo determinadas estações em um período de observação específico, no caso da tabela acima, de 1981 a 2012.

#### 4.4.2 Pluviometria

As informações extraídas nas normais climatológicas se confirmam nos dados apresentados pela estação pluviométrica operada pelo INEMA. Os dados foram extraídos do site da ANA (Hidroweb). A estação mais próxima da área de estudo com dados coletados foi a estação de Lençóis. O gráfico abaixo apresenta os valores de Totais Mensais para a Estação de Lençóis:

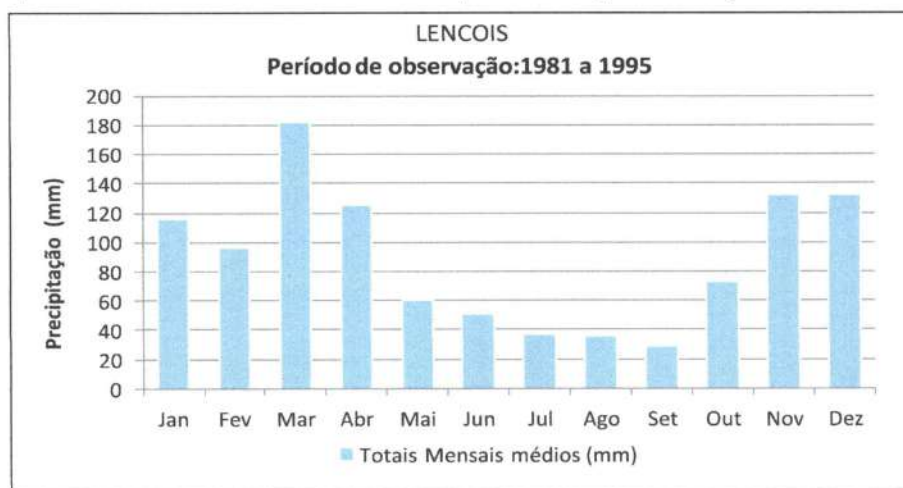


Gráfico 1: Precipitação x Totais Mensais Médios

Nota-se que o período chuvoso da região abrange os meses de março e abril, com precipitação média destes meses de aproximadamente 152 mm. Percebe-se a variabilidade pluviométrica com o período seco onde os meses de maio a setembro compreendem os meses mais secos com precipitação abaixo de 60mm. Estas informações são relevantes quando consideramos o período de seca para execução de obras, sendo o mais indicado devido à quantidade de dias sem chuva.

#### 4.5 Subprojeto de Drenagem

##### 4.5.1 Chuvas Intensas

As equações de chuva foram extraídas do software Pluvio 2.1 para a localidade de Ibitiara. Seus parâmetros são indicados nas equações a seguir. Sua utilização é indicada em cada ponto levantado.

A equação geral é descrita por "i" que é a intensidade da tormenta, TR é o tempo de retorno em anos; t é a duração do evento, em minutos; k, a, b e c são os coeficientes regionais da equação (apresentados no quadro abaixo).

Localidade	Coeficientes da Equação IDF			
Nome	k	a	b	c
IBITIARA	4197,593	0,192	32,427	1,04

Tabela 7: Coeficientes da Equação IDF

$$i = \frac{k \cdot TR^a}{(t + b)^c}$$

##### 4.5.2 Tempo de Recorrência

O TR específico do projeto considerou os seguintes fatores de risco, de acordo com o termo de referência do projeto:

Área da bacia de contribuição	Tipo de obra
A < 5,0 km <sup>2</sup>	50 anos (Ponte e Galerias)
A < 5,0 km <sup>2</sup>	
5,0 km <sup>2</sup> < A < 10,0 km <sup>2</sup>	
A ≥ 10,0 km <sup>2</sup>	

Tabela 8: Tempo de Recorrência.

##### 4.5.3 Tempo de Concentração

O tempo de duração crítica da tormenta que gera a vazão de projeto é igual ao tempo de concentração da bacia. O cálculo do tempo de concentração é definido por

$$t_c = 0,95 \cdot \left( \frac{L^3}{H} \right)^{0,385}$$

onde  $t_c$  é o tempo de concentração, em horas;  $L$  é o comprimento do talvegue, em Km;  $H$  é o desnível do talvegue principal desde a cabeceira até o exutório, em metros.

De acordo com literatura conceituada, o *Hydraulics Manual* do *Ministry of Transportation and Highways* adota um tempo mínimo de 15 minutos para área rural e de 10 minutos para área residencial. Já o *Hydraulic Manual* desenvolvido pelo *Washington State Department of Transportation* indica que o tempo de concentração deve ser superior a 5 minutos. Assim, para este estudo, tomando-se os estudos supracitados e projetos de magnitude similar, julga-se prudente adoção de tempo de concentração mínimo de 10 minutos.

#### 4.5.4 Potencial de escoamento superficial

De acordo com o método chuva-vazão utilizado o coeficiente pode ser Coeficiente de Escoamento (C), para o Método Racional, e o Coeficiente do Complexo Solo-Vegetação (CN), para o Método do Hidrograma Unitário Triangular (HUT).

A Tabela abaixo determina os valores de  $c$  e CN definido pelo Termo de Referencia.

OROGRAFIA		1		2		3		
		PLANA		ONDULADA		MONTANHOSA		
CONDIÇÕES DE SUPERFÍCIE		C	CN	C	CN	C	CN	
Terrenos Estéreis e Áreas Urbanizadas	Muito Permeáveis	A	0,10	50	0,20	55	0,30	65
	Permeáveis	B	0,20	55	0,30	60	0,40	70
	Semi Permeáveis	C	0,40	60	0,50	65	0,60	75
	Pouco Permeáveis	D	0,60-0,80	70	0,60-0,90	75	0,60-1,00	80
Cerrados, Pastagens e Matas Ralas	Muito Permeáveis	A	0,20	45	0,30	50	0,40	60
	Permeáveis	B	0,25	50	0,35	55	0,45	65
	Semi Permeáveis	C	0,30	60	0,40	60	0,50	70
	Pouco Permeáveis	D	0,40	65	0,50	70	0,60	75
Culturas e Pastagens Terraceadas	Muito Permeáveis	A	0,10	35	0,30	45	0,40	50
	Permeáveis	B	0,20	40	0,35	50	0,45	55
	Semi Permeáveis	C	0,30	50	0,40	60	0,50	60
	Pouco Permeáveis	D	0,40	60	0,50	65	0,60	70
Culturas Terraceadas	Muito Permeáveis	A	0,10	30	0,20	40	0,30	50
	Permeáveis	B	0,15	40	0,30	50	0,40	55
	Semi Permeáveis	C	0,20	50	0,40	55	0,50	60
	Pouco Permeáveis	D	0,40	60	0,50	65	0,60	70

Tabela 9: Estudo do Relevo

Sendo:

A = "Loess" em camadas espessas;

B = "Loess" em camadas rasas e areias;

C = Solos Siltosos e Argilosos;

D = Solos com argilas expansivas e pavimentos.

Para este município adotaram-se Coeficientes de Escoamento (Run-off) e Coeficientes do Complexo Solo-Vegetação (Curve Number) iguais para cada ponto, pois, suas bacias de contribuição possuem características similares. Ou seja, identificou-se que as bacias de contribuição são montanhosas com presença de culturas e pastagens terraceadas com condição de superfície permeável.

Assim, utilizou-se coeficiente coincidente de Run-off igual a 0,45 e Curve Number igual a 55 para cálculo da vazão afluyente a cada ponto crítico.

#### 4.5.5 Metodologia de cálculo de descargas

As vazões de projeto foram calculadas de acordo com o critério de área de drenagem, conforme apresenta o quadro abaixo.

Porte da bacia	Área de drenagem	Método de cálculo
Pequenas bacias	Bacias até 1,0 km <sup>2</sup>	Método Racional
Bacias intermediárias	Bacias entre 1,0 km <sup>2</sup> e 10,0 km <sup>2</sup>	Método Racional acrescido de coeficiente de retardo
Grandes bacias	Bacias acima de 10,0 km <sup>2</sup>	Método do Hidrograma Unitário Triangular (HUT) ou análise estatísticas de vazões máximas observadas

Tabela 10: Porte da bacia

#### **Método Racional (MR)**

O método racional baseia-se nas seguintes hipóteses:

- Precipitação uniforme sobre toda a bacia;
- Precipitação uniforme na duração da chuva;
- A intensidade da chuva é constante;

- 
- O coeficiente de escoamento superficial é constante;
  - A vazão máxima ocorre quando toda a bacia está contribuindo;
- A vazão de projeto obtida pelo método Racional segue a seguinte

equação:

$$Q = 0,278 C.I.A$$

Onde Q é descarga de projeto, em m<sup>3</sup>/s; C é o coeficiente adimensional de escoamento superficial (*runoff*); I é a intensidade média da precipitação sobre a bacia; A é a área de bacia drenada, em km<sup>2</sup>; 0,278 é o fator de conversão de unidades;

#### **Método Racional Corrigido (MRC)**

A fórmula do Método Racional geralmente leva ao superdimensionamento das obras de drenagem para bacias de médio e grande porte. Para o dimensionamento mais criterioso dos elementos em questão, corrige-se as vazões afluentes calculadas utilizando-se o coeficiente de retardo adimensional (r), que visa a correção da precipitação pontual para a precipitação uniformemente distribuída pela área, adotando-se a Equação:

$$r = \frac{1}{n\sqrt{100A}}$$

onde:

A = área da bacia em Km<sup>2</sup> ;

n = 4 (para bacias de declividade média < 0,5%) ;

n = 5 (para bacias de declividade média ≥ 0,5% e < 1,0%) ;

n = 6 (para bacias de declividade média ≥ 1,0%) ;

Portanto, a fórmula adotada para o cálculo de vazões, pelo Método Racional Corrigido, é:

$$Q = 0,278 C.I.A.r$$

#### **Método do Hidrograma Unitário Triangular (HUT)**

O HUT é obtido com base nas características físicas da bacia. A vazão de pico do hidrograma é obtida por:

$$Q_p = \frac{0,208 \cdot A \cdot Pe}{t_p}$$

Onde Q<sub>p</sub> é a descarga de projeto (m<sup>3</sup>/s); A é a área da bacia drenada

---



---

➤ Vazão de pico (m<sup>3</sup>/s/mm):  $Q_p = 0,208.A/tp$

O hidrograma de projeto é obtido pela equação de convolução:

$$Q_t = \sum_{i=j}^t P e_i \cdot q_{t-i+1}$$

Onde  $Q_t$  é a vazão (m<sup>3</sup>/s) no tempo  $t$  (horas);  $P e_i$  é a precipitação efetiva (mm) no intervalo  $i$  e  $q$  é a ordenada do hidrograma unitário (m<sup>3</sup>/s/mm). A precipitação efetiva é obtida pelo método do SCS descrito no item anterior.

A vazão de projeto é equivalente à vazão máxima (pico) do hidrograma resultante da convolução.

#### 4.6 Precipitação e vazões das Bacias Hidrográficas

A bacia hidrográfica de uma seção de um curso d'água é a área geográfica coletora de água de chuva que, escoando pela superfície do solo atinge a seção considerada.

As áreas das bacias foram determinadas por cartas cartográficas, dimensionadas as sub-bacias contribuintes para os dispositivos de drenagem. Estas áreas são as apresentadas na imagem a seguir:

**BACIAS HIDROGRÁFICAS – IBITIARA**

• **PLANTA GERAL**



*Figura 3: Bacias hidrográficas*

---

#### 4.7 Dimensionamento Hidráulico

Para o presente estudo foi considerada a transposição de talwegues por bueiros. Os critérios adotados para o desenvolvimento do estudo, apresentados neste relatório, estão de acordo com a Instrução de Serviço, IS-210 e com o Manual de Drenagem de Rodovias, do DNIT.

Os bueiros foram dimensionados admitindo-se que eles trabalhem como canais ou como orifícios, para os TR's indicados anteriormente, considerando que tais obras funcionam em regime crítico, onde a menor quantidade de energia é despendida. Seguiram-se as premissas descritas no Manual de drenagem de rodovias do DNIT para as obras.

Foram sugeridas dimensões mínimas para os dispositivos, uma vez que sua geometria pode ser alterada de acordo com a necessidade in loco, por exemplo, quando não há altura de aterro suficiente para um bueiro e se tem folga na largura. Também se deve levar em consideração a relação econômica, quando uma obra pode ser mais barata e com eficiência hidráulica igual ou superior, como os casos em que há substituição de um bueiro capeado triplo por uma ponte.

---

Tipo	Base (m) x Altura (m)	Área molhada crítica (m <sup>2</sup> )	Vazão crítica (m <sup>3</sup> /s)	Velocidade crítica (m/s)	Declividade crítica (%)
B TTC	1,50	10,00	28,93	3,62	0,62

*Tabela 13: Bueiro Capeado trabalhando como Canal.*

A escolha das seções, das obras de arte estudadas, deve ser feita de acordo com a fórmula de Manning, apresentada na Equação, calculando-se a vazão para a velocidade máxima de 6,0 m/s.

$$Q = \frac{1}{n} A \cdot R_H^{2/3} \cdot \sqrt{i}$$

Onde Q é a vazão (m<sup>3</sup>/s); n é o coeficiente de rugosidade de Manning (adimensional); A é a área molhada (km<sup>2</sup>); R<sub>H</sub> é o raio hidráulico (m); i é a declividade (m/m).

Conforme o Manual de Drenagem de Rodovias desenvolvido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, especifica-se, na página 200, que para número de Froude abaixo de 1,7 não deve haver preocupações no que tange as bacias de amortecimento ou dissipadores localizados. Para os pontos críticos estudados o número de Froude máximo encontrado equivale a 1,03. Ou seja, é dispensável o uso de dissipador e outras medidas protetivas.

Todavia, segundo o documento "Diretrizes de projeto para bueiros-DP-H11", confeccionado pela Prefeitura do Município de São Paulo, página 259, o uso de bocas de bueiro é indicado para proteção do aterro contra erosões. Indicando que as bocas de bueiro funcionam também como dissipador de energia, uma vez que possuem perda de carga localizada.

Assim, assume-se que as estruturas projetadas estão a favor da segurança no que se refere à proteção contra erosão do solo e taludes.

---

#### 4.8 Casos Particulares

Os casos particulares são atribuídos a uma situação específica do local e solicitados pelo contratante. Cabe esclarecer que estes casos poderão exigir critérios diferentes dos apresentados no Termo de Referência, com a necessidade de aprovação do órgão.

Ressalta-se que na região, de forma geral, há presença de bacias de retenção nas áreas de contribuição. As bacias de retenção têm sido muito usadas comumente em zonas rurais como meio de armazenamento de água para fins agropecuários. Elas auxiliam para evitar perturbações à jusante, reduzem a carga de contaminante do rio, controlam a erosão, melhoraram a paisagem, criam espaço recreativo e de lazer, recarregam os aquíferos, entre outras aplicações.

As bacias de armazenamento reduzem o pico de escoamento, assim, para o cálculo de transformação chuva-vazão no hidrograma, visando-se considerar a atuação destas bacias, utilizou-se como metodologia o uso de coeficiente de escoamento compatível com maior infiltração da precipitação no solo, ou seja, menor escoamento. Esta medida permitiu a redução do pico de vazão para pontos cujas bacias de contribuição possuem volumes de retenção.



---

**Maria Luiza Oliveira Lemos** – Arquiteta e Urbanista

CAU/BA A247936-2



---

**José Anfilóbio da Menezes** – Agrimensor/Tecnico em Edificações

CRT/BA nº 1841439088-9

---